



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS / CAMPUS IV
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

FABRICIA SANTANA DOS SANTOS

**RACISMO E ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE MANIFESTAÇÃO DO RACISMO NO
ESPAÇO ESCOLAR**

JACOBINA
2017

FABRICIA SANTANA DOS SANTOS

**RACISMO E ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE MANIFESTAÇÃO DO RACISMO NO
ESPAÇO ESCOLAR**

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, para obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof^a. Msc. Cinthia Nolácio de Almeida

JACOBINA
2017

FABRICIA SANTANA DOS SANTOS

**RACISMO E ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE MANIFESTAÇÃO DO RACISMO NO
ESPAÇO ESCOLAR**

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, para obtenção do título de Licenciatura em História.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Msc. Cinthia Nolácio de Almeida – Orientadora - UNEB

Prof^a. Msc. Mariza do Carmo Rodrigues

Prof^a. Dr^a. Caroline Santos Silva

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, Senhor do meu destino, obrigada Senhor, pela realização de mais uma conquista, por estar ao meu lado me protegendo, iluminando e me dando sabedoria diante das dificuldades da vida. A minha querida mãe Dulcilene, que apesar dos momentos de sofrimento em sua vida continua firme e forte. À memória de meu pai Renato, pelo exemplo de coragem, determinação e conquistas. E um agradecimento especial ao meu marido Orlean por ser o meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar. Obrigada Senhor pela força, coragem e sabedoria que me destes durante todo esse processo da graduação. Pois, com muita fé e esperança em ti, foi que superei todas as dificuldades que surgiram durante todos esses anos. Agradeço-te imensamente pela minha vida, pelo teu amor e proteção. Obrigada por ter me dado coragem, persistência e determinação para alcançar os meus objetivos.

Aos meus pais, Renato e Dulcilene que apesar das dificuldades da vida, nunca deixaram faltar amor, carinho e o alimento de cada dia dentro de nossa casa. Além de não medirem esforços para que eu pudesse ter acesso aos estudos. Aos meus irmãos Patricia e Romilton, por fazerem parte da minha vida.

Agradeço ao meu marido Orlean, que sempre esteve ao meu lado durante esse trajeto. Obrigada por teu amor, carinho, atenção, alegria e o ombro amigo durante todos os momentos difíceis que passamos juntos.

A todas as pessoas que sempre estiveram na torcida por mim, me apoiando, incentivando e desejando tudo o que há de melhor, durante todo esse percurso rumo à conquista do meu sonhado diploma.

A minha orientadora, professora Cinthia Nolácio, obrigada pela atenção, disponibilidade para orientação, construção e conclusão deste trabalho, minha profunda gratidão e respeito.

Aos meus colegas da turma 2012.1, obrigada por todos os momentos incríveis que vivemos.

Agradeço a direção, professores e alunos do Colégio Municipal Luís Alberto Dourado de Carvalho, por terem me permitido compartilhar de suas experiências dentro do espaço escolar e produzir este trabalho.

Agradeço de forma especial à amizade de Iasmim, Glenda e Rita, pois, vivemos momentos incríveis durante todos esses anos que passamos juntas. Nunca esquecerei todos os momentos que vivemos.

Por fim, agradeço a cada um que de forma direta ou indiretamente esteve torcendo por mim, a todos meu muito obrigada.

Não há como negar que o preconceito e a discriminação raciais constituem um problema de grande monta para a criança negra, visto que essa sofre direta e cotidianamente maus tratos, agressões e injustiças, os quais afetam a sua infância e comprometem todo o seu desenvolvimento intelectual. A escola e seus agentes, os profissionais da educação em geral, têm demonstrado omissão quanto ao dever de respeitar a diversidade racial e reconhecer com dignidade as crianças e a juventude negra. O racismo e seus derivados no cotidiano e nos sistemas de ensino não podem ser subavaliados ou silenciados pelos quadros de professores (as). É imprescindível. Assim como é pungente que todos (as) os (as) educadores (as) digam não ao racismo e juntos promovam o respeito mútuo e a possibilidade de se falar sobre as diferenças humanas sem medo, sem receio, sem preconceito e, acima de tudo, sem discriminação. (BRASIL, 2007, p.12).

RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar a manifestação do racismo no espaço escolar, especificamente dentro da realidade do colégio Municipal Luís Alberto Dourado de Carvalho, situado nesta cidade de Jacobina, levando em consideração manifestações de racismo presentes no espaço escolar. Buscamos identificar a presença de situações racistas, preconceituosas e discriminatórias direcionadas aos negros do colégio investigado, tendo em vista, a diversidade racial presente no colégio, além de indagar sobre a percepção dos professores sobre a temática em estudo. Este trabalho de conclusão de curso se deu a partir de uma abordagem qualitativa, cujos instrumentos utilizados foram: a aplicação de questionários, entrevistas, observações e diário de bordo. A pesquisa foi dividida em algumas fases como a definição do tema, delimitação do problema, revisão bibliográfica, elaboração dos instrumentos da coleta de dados, conversas formais e informais com os participantes da pesquisa (gestor, alunos e professores), análise dos dados coletados com o aporte teórico e a redação final. Por fim, a pesquisa conclui com base nos dados coletados, que a relação dos alunos do Colégio Municipal Luís Alberto Dourado de Carvalho é permeada por atitudes racistas, preconceituosas e ainda, que o espaço físico do colégio, através de silenciamentos fomentam o racismo, ao silenciarem as culturas e histórias africanas e afro-brasileiras. Esta mesma omissão está presente nos currículos e livros didáticos, que tratam de maneira superficial e/ou de maneira folclorizada e negativa as questões raciais. A falta de etnoformação dos professores também contribuem para fomentar o racismo, pois muitas vezes eles, por não saberem lidar com tais questões (por falta de informação adequada, mesmo com a implementação da Lei 10.639/2003) se omitem diante de conflitos raciais. Sendo assim, é necessário o desenvolvimento de ações pedagógicas que possam combater as praticas racistas presentes nesse ambiente de modo, que as atividades educacionais propaguem o respeito mútuo entre as pessoas de diferentes origens raciais existentes neste espaço escolar.

Palavras Chave: Racismo. Preconceito. Discriminação. Estereótipo.

ABSTRACT

This research has aims analyze the racism manifestation in schools, specifically in the Luiz Alberto Dourado Carvalho Municipal school at Jacobina, considering the racism manifestation present in the school space, we aim Identify racism, prejudice, and discriminatory situation targeting blacks of school investigated has in view, the racial diversity although, that besides ask about perception of teacher about the thematic in studies. This course conclusion work was based in an qualitative approach, that the instrument was: the application of questionnaires, interviews, observation, and logbook. The research was separated in some phases, such as topics definition, problem demilitation, bibliographic review, data collection tools, formal and informal talks with research participants (gestor, students and teacher), analisys of data collected with the theoretical contribution and the final writing. Finally, the research concluded, based on data collected, that the students relationship of Luiz Alberto Dourado de Carvalho Municipal school is permeated by attittudes racist, prejudiced, and also that the physical space of the school, through silencing encourages racism, to silence África and Afro-brazilian cultura and stories. The same omission is present in curriculum and textbooks, wicht treat on superficial way and/or in folkloric and negative way with racial issues. The teachers' lack of ethnotraining also contribute to forment the racism, because don't know how to deal with this questions (because of the lack adequated information, even with the implementation of law 10.639/2003) omit themselves in the face of racial conflicts. Therefore, is necessary the develop of pedagogical action that can combate the racial pactices presents in this places so that the educational activies promote mutual respect between people of different racial backgrounds in this school space.

Key-words: Racism. Prejudice. Discrimination. Steriotype.

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Porcentagem de alunos que se consideram negros I	35
Tabela II: Porcentagem dos critérios utilizados para definir quem é negro	35

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CAPÍTULO I	17
1.1 Incursoão histórica do racismo e seus subprodutos	17
1.2 Conceitos de racismo e seus subprodutos: preconceito, discriminação e estereótipos.....	21
1.3 Exclusão do negro no Brasil.....	24
2 CAPÍTULO II	29
2.1 O negro e a educação escolar.....	29
2.2 Os negros no Colégio Luís Alberto Dourado de Carvalho	32
2.3 O Projeto Político Pedagógico do Colégio Luís Alberto Dourado de Carvalho e as questões raciais	38
3 CAPÍTULO III	43
3.1 Metodologia da pesquisa.....	43
3.2 A visão dos professores sobre as questões raciais no Colégio Luís Alberto Dourado de Carvalho.....	46
3.3 Os conflitos raciais ocorridos no cotidiano do colégio Luís Alberto Dourado de Carvalho.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
FONTES	60
REFERÊNCIAS	61
Apêndice A	64
Apêndice B	66
Apêndice C	68
Anexo A	70
Anexo B	71

INTRODUÇÃO

O Brasil caracteriza-se por sua diversidade racial, sendo esta, resultado de um processo histórico construído pelo relacionamento de diferentes raças e, ao mesmo tempo do domínio de uma raça em relação à outra, a partir do momento que ambas tiveram contato, cuja relação de superioridade e inferioridade ficou marcada entre colonizadores e conquistados. Considerando as marcas deixadas pelo período de escravidão, é possível observar o racismo como uma forma permanente, o qual está enraizado na sociedade brasileira, isso se pensa pela ótica da camuflagem, uma vez que se manifesta e até mesmo do que já se estabeleceu no inconsciente coletivo da população, devido ao próprio processo histórico de formação da nação, respaldada no preconceito e discriminação, necessitando compreender e lutar contra esse pensamento (OLIVEIRA, 2008).

Entendemos a escola como uma instituição que promove a socialização, aprendizagem e conhecimento dos sujeitos que nela estão inseridos. Mas, como em qualquer instituição, esse espaço é composto por pessoas de diferentes origens raciais, de modo que as relações constituídas podem ser marcadas por atitudes racistas e preconceituosas. Nessa perspectiva, buscamos a partir deste trabalho, identificar através das descrições de alunos e professores do Colégio Municipal Luís Alberto Dourado de Carvalho¹, as manifestações do racismo, preconceito e discriminação aos negros inseridos nesse espaço escolar.

Apesar das lutas do movimento negro e outros movimentos sociais que existem, cujas bandeiras de luta consistem na superação do racismo, preconceito discriminação racial e da aprovação da Lei 10.639/03 que estabelece a inclusão do ensino da História e Cultura Afro-brasileira nos currículos da rede oficial de ensino, que tem como principal objetivo “proporcionar o reconhecimento e a valorização da identidade, História e cultura dos Afro-brasileiros, bem como a garantia do reconhecimento e igualdade da valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas” (BRASIL, 2007, p. 15). Constatamos o desrespeito direcionado aos negros no espaço escolar e na sociedade.

¹ Nome do Colégio de Ensino Fundamental II, situada na cidade de Jacobina, o qual servirá de estudo para esta pesquisa, tendo por objetivo analisar a manifestação do racismo no espaço escolar.

Tendo em vista a importância das questões voltadas para o racismo, preconceito, discriminação, diversidade e as relações raciais no ambiente escolar, diversos autores como Gomes (2003), Munanga (2005), Eliane Cavalleiro (2001) e muitos outros, têm se debruçado através de seus estudos, para manifestar a relevância de trabalhar essas questões no meio escolar como valorização das diversas culturas que constituem nossa sociedade e ao mesmo tempo o enaltecimento dos indivíduos pertencentes a elas. Além de mostrar como a escola pode repensar suas práticas educativas e melhorar a maneira de tratar a diversidade em seu meio. Sendo assim, faz-se necessário que a instituição escolar desenvolva atividades educacionais que busquem esclarecer a diversidade racial existente em seu contexto, pois, o desenvolvimento de ações pedagógicas podem ajudar no combate as práticas racistas presentes no espaço escolar.

A vontade de realizar esta pesquisa consiste em acreditar que a escola é um ambiente de aprendizagem, promoção, igualdade, respeito e valorização da diversidade racial existente nesse espaço. De modo que é necessário o desenvolvimento de ações pedagógicas que busquem combater a reprodução do racismo, preconceito e discriminação nesse ambiente. Pensando assim, pode-se perceber que apenas a LDB - Lei de Diretrizes e Bases por si só, não consegue promover a igualdade étnico-racial no espaço escolar, é preciso que os profissionais de educação possam buscar entender as Leis que a LDB propõe, para que desse modo, possam colocá-las em prática no cotidiano escolar.

A investigação utilizada neste estudo enquadra-se como pesquisa de abordagem qualitativa, pois, nos pareceu útil para entender os conflitos e tensões decorrentes da diversidade racial existentes no colégio. Uma vez que, de acordo com Minayo (2007), a pesquisa qualitativa responde a questões bastante particulares, pois,

[...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2007, p. 21).

Assim, utilizamos dessa metodologia por acreditar ser a mais apropriada para o tipo de análise que pretendemos fazer. Pois, segundo Thompson (1992), a História Oral é formada pelos depoimentos de indivíduos que contribuem para a construção mais precisa e completa da história. Dessa maneira, trabalhar com História Oral é, sobretudo, não querer uma história totalizante a partir de depoimentos, nem provar uma verdade absoluta. Mas dar espaço aos sujeitos anônimos da história na produção e divulgação da mesma, procurando articular sua narrativa aos contextos e elementos do(s) objeto(s) da pesquisa. É, sobretudo, escrever uma história sem sacramentar certezas, mas diminuindo o campo das dúvidas. Nessa perspectiva, Alberti adverte,

A História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente (ALBERTI, 2005, p. 155).

De acordo com Alberti (2005), deve-se ter muita atenção para um equívoco que, segundo ela, é muito comum e convém evitar, pensar que a entrevista já é a própria história. O pesquisador deve interpretar e analisar a entrevista como fonte, uma fonte oral. Para facilitar esse trabalho, orienta-se a transcrição das entrevistas. Estando na forma de texto, deve-se analisar a fonte oral como qualquer outro documento, fazendo perguntas e verificando como se pode usufruir dessa fonte, tirando dela as evidências e os elementos que contribuirão para resolver o problema da pesquisa.

Com relação aos meios de investigação, optamos pela pesquisa de campo, que, de acordo com Vergara, é a “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não” (VERGARA, 2009, p.43).

O campo de investigação desta pesquisa se deu no Colégio de Ensino Fundamental II, localizado na Avenida Anizia de Carvalho, no bairro Jacobina III, do Município de Jacobina, cujo nome é Colégio Municipal Luís Alberto Dourado de Carvalho. Sua inauguração ocorreu em abril de 1999, de acordo com a Lei nº 439, de 26 de março de 1999, com o decreto nº 036 de 12 de maio de 2000, tendo seu

funcionamento oficializado pelo poder público municipal. É importante salientar que os instrumentos utilizados na pesquisa se deram através das observações feitas em campo, anotações no diário de bordo, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas que contribuíram para a compreensão do estudo da pesquisa.

Iniciamos o primeiro contato com o colégio investigado no mês de julho de 2017, a partir de então começamos a frequentar esse espaço escolar, observando todos os elementos de caráter significativo a nossa pesquisa, uma das primeiras impressões que tivemos ao adentrar o colégio, foi o significativo número de negros. Posteriormente, iniciamos nosso diálogo com a direção do colégio explicando os objetivos e procedimentos da pesquisa. Logo após a autorização da direção do colégio, iniciamos a investigação com os sujeitos inseridos nesse espaço escolar.

Este trabalho é composto por três capítulos. O primeiro capítulo apresenta a incursão histórica e os conceitos do racismo e seus subprodutos: preconceito, discriminação e os estereótipos direcionados aos negros e discute ainda, a exclusão do negro no Brasil nos diversos setores da sociedade. Por considerar ser fundamental, primeiramente fizemos uma discussão teórica através de autores como, Munanga (2005), Cavalleiro (1998), San'tana (2005), Schwartz (1993), Maia e Ferreira (2011), dentre outros. No segundo capítulo procuramos contextualizar o negro e a educação escolar de modo geral, abordando a função social da escola e as questões raciais presentes nesse ambiente. Em seguida, discorremos sobre o negro no espaço da pesquisa, iniciando a discussão com o histórico do colégio, questões raciais, espaço físico e a análise feita do Projeto Político Pedagógico – PPP da instituição escolar.

No terceiro capítulo deste trabalho, abordamos a metodologia adotada para a construção e o desenvolvimento desta pesquisa, explicita como se deu a coleta dos dados e análise dos questionários, entrevistas, diário de bordo e conversas formais e informais. Procuramos identificar a presença de atitudes racistas, preconceituosas e discriminatórias nas relações dos alunos, a percepção dos professores sobre tais práticas no contexto escolar e a importância de trabalhar com questões voltadas a temática em estudo no cotidiano do colégio, tendo como objetivo a compreensão, conscientização e o respeito mútuo pela diversidade existente no ambiente escolar.

Por fim, acreditamos que este trabalho se faz relevante por contribuir com reflexões e diálogos sobre a percepção de alunos e professores sobre as manifestações racistas, preconceituosas e discriminatórias no espaço escolar,

refletindo sobre os conflitos raciais ocorridos no colégio investigado e discute a importância de trabalhar as questões raciais, de modo a contextualizar a presença da diversidade racial presente no ambiente educacional.

CAPÍTULO I

1.1 Incursão histórica do racismo e seus subprodutos

Ao longo da história da humanidade, é impossível falar em racismo sem abordar o período da escravidão e do tráfico transatlântico, pois, de acordo com vários estudiosos, as raízes históricas do racismo encontram-se associadas ao século XVI, período em que os europeus submeteram a escravidão milhares de negros e índios na África, Ásia e América. Porém, discutir sobre a origem e desenvolvimento do racismo, implica discorrer primeiramente sobre o termo “raça”, cuja denominação foi utilizada pelos cientistas da época para distinguir a diversidade humana, haja vista, que os recém-descobertos, possuíam características facilmente distinguíveis das dos europeus. De modo que foram chamados de raça “diferente da deles”, em função das diferenças na cor da pele, traços físicos e culturais.

Nesse sentido, considerando as diferenças existentes entre os seres humanos recém-descobertos, os estudiosos desse período os classificaram em três raças: branca, negra e amarela. Tal classificação resultou na hierarquização de uma raça sob a outra, tendo em vista, uma escala de valores que os denominavam em superiores e inferiores, levando em consideração, as características que cada raça apresentava. Desse modo, é possível constatar que desde os tempos mais remotos, já havia diferença na forma de tratamento para com as pessoas de diferentes origens raciais.

Nessa perspectiva, o racismo na antiguidade pode ser entendido como “a sistematização de ideias e valores do europeu acerca da diversidade (características distintas) racial e cultural dos diferentes povos no momento em que a Europa entrou, pela primeira vez, em contato com eles” (WEDDERBURN, 2007, p. 10). Diante disso, o racismo surge inicialmente a partir da caracterização do outro, que é “diferente” de um povo que se entende como dominante e superior e que tendem a inferiorizar aqueles que não são iguais a eles.

Sendo possível constatar também a existência do preconceito, pois, a partir do momento em que ocorre a hierarquização entre as raças, tendo em vista que “[...] julgamos esta ou aquela pessoa negando-lhes suas qualidades ou seus defeitos, em nome do grupo a que pertence, uma pessoa pode sumariamente ser condenada ou promovida a depender da raça a qual pertence” (MUNANGA, 2010, p. 191). Desse

modo, o que justifica e continuará a justificar os preconceitos e as práticas discriminatórias são as diferenças, que são realidades naturais desde os tempos mais antigos (MUNANGA, 2010, p. 194). Sendo assim, o racismo e suas manifestações diretas como o preconceito, a discriminação e os estereótipos, hoje tão arraigados no comportamento das pessoas, contribuem para as desigualdades raciais, sociais, culturais, dentre outras, que na maioria das vezes atingem os negros, nos diversos setores da sociedade.

Assim, com base em argumentos de diversos estudiosos, que se baseiam em conhecimentos científicos, a existência do racismo só pode ser confirmada devido à existência da raça. O termo raça etimologicamente, veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Inicialmente, este conceito foi utilizado na história das ciências naturais, na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais. Sendo utilizado pelo naturalista sueco Carl Von Linné, conhecido em português como Lineu (1707-1778), para classificar as plantas em 24 raças ou classes, porém, essa classificação hoje é inteiramente abandonada (MUNANGA, 2003, p. 1).

Como a maioria dos conceitos, o de raça tem seu campo semântico e uma dimensão temporal e espacial. No latim medieval, o conceito de raça passou a designar a descendência, linhagem, ou seja, um grupo de pessoas que têm um ancestral comum e que possuem algumas características físicas em comum. Em 1684, o francês François Bernier emprega o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças. Foi nesse sentido que o conceito de “raça” foi usado nos séculos XVI e XVII, para distinguir as classes sociais ou castas (MUNANGA, 2003, p. 1). Discorrendo a respeito do que entende sobre raça e racismo, Munanga descreve que:

Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas, últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente

hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural (MUNANGA, 2003, p. 7-8).

Dessa maneira, os estudiosos da época medieval, utilizando-se do conhecimento, influência e da autoridade adquirida através da ciência, hierarquizaram as raças, através de uma classificação em escala de valores, em superiores e inferiores. A partir de então, iniciaram uma análise baseando-se nos traços físicos, cor da pele, habilidades intelectuais, culturais e estéticas. Sobre esse assunto, Munanga relata que:

[...] infelizmente, desde o início, eles se deram o direito, em nome de sua autoridade científica, de hierarquizar as chamadas raças, ou seja, de classificá-las numa escala de valores superiores e inferiores, criando uma relação intrínseca entre o corpo, os traços físicos, a cor da pele e as qualidades intelectuais, culturais, morais e estéticas os indivíduos da raça branca, por definição, portadores da pele mais clara, dolicocefalos etc., foram considerados, em função dessas características, como os mais inteligentes, mais inventivos, mais honestos, mais bonitos etc. e, conseqüentemente, os mais aptos para dirigir e até dominar as populações de raças não brancas – negra e amarela –, principalmente negra de pele escura que, segundo pensavam, tornava-as mais estúpidas, menos inteligentes, mais emotivas e, conseqüentemente, sujeitas à escravidão, colonização e outras formas de dominação e exploração (MUNANGA, 2010, p. 187).

Nessa perspectiva, “[...] o critério principal da classificação da diversidade humana em raça, foi a cor da pele, a partir da qual os classificadores decretaram as três grandes raças que persistem até hoje em nosso imaginário coletivo: a raça negra, branca e amarela” (MUNANGA, 2010, p. 185). Dessa forma, podemos perceber que assim ficou definida a soberania dos povos, quem possuía a cor da pele branca, possuía a superioridade sobre os demais povos, que eram chamados de negros e amarelos.

O século XVIII, denominado como período da racionalidade, teve como destaque, a contestação dos filósofos iluministas, com relação ao monopólio do conhecimento exercido pela igreja e o poder atribuído aos príncipes. Pois, estes se recusavam a aceitar as explicações existentes sobre a história desses atuais povos recém-descobertos e escravizados, os quais os europeus classificaram de raça inferior.

[...] assim fazem mão do conceito de raça já existente nas ciências naturais para nomear esses outros que se integram à antiga humanidade como raças diferentes, abrindo o caminho ao nascimento de uma nova disciplina chamada História Natural da Humanidade, transformada mais tarde em Biologia e Antropologia Física. (MUNANGA, 2003, p. 2).

Com base nos critérios de classificação utilizados na Antiguidade e considerando as diferenças e semelhanças existentes entre os seres humanos, o conceito de raça foi empregado para explicar a variedade da espécie humana. Nesse sentido, “a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e divisor d’água entre as chamadas raças” (MUNANGA, 2003, p. 3).

No século XIX, além da cor da pele, foram acrescentados outros critérios morfológicos baseados na forma do nariz, lábio, queixo, formato do crânio, o ângulo facial para a classificação das raças. “O crânio alongado, dito dolicocefalo, por exemplo, era tido como característica dos brancos “nórdicos”, enquanto o crânio arredondado, braquicefalo, era considerado como característica física dos negros e amarelos” (MUNANGA, 2003, p. 4). Diante do exposto, essas foram algumas das diferenças utilizadas para justificar a superioridade da raça branca sobre as raças negra e amarela.

Durante o século XX, a ciência obteve avanços determinantes na genética humana, biologia molecular e na bioquímica, que puderam ser comprovados cientificamente que “[...] a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem” (MUNANGA, 2003, p. 4-5).

A invalidação científica do conceito de raça não significa que todos os indivíduos ou todas as populações sejam geneticamente semelhantes. Os patrimônios genéticos são diferentes, mas essas diferenças não são suficientes para classificá-las em raças. O maior problema não está nem na classificação como tal, nem na inoperacionalidade científica do conceito de raça. Se os naturalistas dos séculos XVIII-XIX tivessem limitado seus trabalhos somente à classificação dos grupos humanos em função das características físicas, eles não teriam certamente causado nenhum problema à humanidade. Suas classificações teriam sido mantidas ou rejeitadas como sempre aconteceu na história do conhecimento científico. Infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças (MUNANGA, 2003, p. 5).

Sendo assim, “[...] podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, e como toda ideologia, esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação” (MUNANGA, 2003, p. 6). Apesar de ser apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder de quem governa (MUNANGA, 2003).

1.2 Conceitos de racismo e seus subprodutos: preconceito, discriminação e estereótipo

O racismo é definido como sendo uma ideologia que instaura a existência de hierarquias entre os grupos humanos, que reproduzem discursos que induzem a noção de que determinadas raças são biologicamente superiores em detrimento de outras. Nesse sentido, sendo o racismo um fenômeno ideológico, este se fortalece através de atitudes fundamentadas no preconceito, na discriminação e nos estereótipos, que resultam em características negativas de determinados grupos da sociedade. De modo que nas palavras de Munanga e Gomes (2004), o racismo pode ser definido como:

[...] um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação às pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor da pele, tipo de cabelo, formato de olho etc. Ele é resultado da crença de que raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira (MUNANGA; GOMES, 2004, p. 179).

Nessa perspectiva, “[...] o racismo apresenta-se como uma ideologia que permite o domínio sobre um grupo, como por exemplo: judeu, negro, muçulmano e outros, pautado, apenas, em atributos negativos imputados a cada um deles” (CAVALLEIRO, 1998, p. 30). Nesse sentido, o racismo atribui valor depreciativo aos indivíduos que pertencem às raças inferiores, haja vista, as características físicas que estes indivíduos apresentam, legitimando dessa forma, o poder da raça branca, tida como superior.

Considerando a amplitude do racismo, pode-se dizer que este se manifesta em três níveis: individual, institucional e cultural. O racismo individual ocorre através

de atitudes preconceituosas e comportamentos discriminatórios individuais. Diferentemente do racismo institucional que dispõe de instituições públicas e privadas para restringir a participação de um determinado grupo racial, como no caso dos afro-brasileiros. Por sua vez, o racismo cultural defende a superioridade de uma cultura sobre a outra. Além disso, é notório que determinados grupos da sociedade como os negros, índios entre outros, são rejeitados e discriminados por conta da religião, crença e costumes.

Segundo San'tana (2005), apesar da forte presença do racismo, atualmente é notório que “[...] também cresce o nível de consciência de que o racismo é maléfico e precisa ser combatido, denunciado e eliminado”, uma vez que o racismo é o resultado de um longo processo histórico de enraizamento de ideais depreciativos do negro, no qual para o autor, o racismo sobrevive aos tempos porque ele é transmitido através das gerações (SAN'TANA, 2005, p. 40).

O preconceito por sua vez, pode ser caracterizado como sendo um subproduto do racismo, podemos compreendê-lo como sendo um julgamento apressado e negativo que se tem em relação às pessoas. Pois, na medida em que se acredita que existem hierarquias entre as raças, sejam elas da “raça branca superior” e a “negra inferior”, subtende-se que isso já é um julgamento prévio, ocorrendo dessa forma o preconceito. Desse modo, o racismo e o preconceito estão interligados. De acordo com San'tana, o preconceito pode ser definido como sendo:

Uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas. Ele pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos (SAN'TANA apud MUNANGA, 2005, p. 62).

Segundo Cavalleiro (1998), podemos dizer que em algumas situações, o preconceito poder indicar atitudes de “[...] intolerância, ódio irracional ou aversão a indivíduos pertencentes a uma mesma raça, religião ou a “outras raças, credos, religiões, etc.” (CAVALLEIRO, 1998, p. 32).

No Brasil, as formas mais comuns do preconceito são: racial, social, cultural e sexual, porém, o preconceito racial é o mais antigo e mais comum, haja vista, que as pessoas julgam umas as outras por conta da sua cor, ou melhor, da raça a qual

pertencem. Nesse contexto, os negros são os maiores prejudicados, pois, a estes são direcionadas atitudes e comportamentos negativos, por estes serem considerados de uma raça inferior. Sendo assim, o “[...] preconceito está presente na sociedade brasileira, no cotidiano dos indivíduos, e é altamente prejudicial para a população negra, tanto nas relações sociais (família, escola, bairro, trabalho etc.) quanto nos meios de comunicação” (CAVALLEIRO, 1998, p. 33).

Já a discriminação é a ação, ou melhor, é quando se coloca em prática, em ação o preconceito, que como foi colocado anteriormente, significa julgamento prévio sobre determinada pessoa. Dessa forma, quando esse julgamento se transforma em ação ou ações que impedem as pessoas de usufruírem de seus direitos, nos deparamos com a discriminação. Segundo San'tana, a discriminação é:

O nome que se dá para a conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros. A discriminação é algo assim como a tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo (SAN'TANA apud MUNANGA, 2005, p. 63).

Segundo Cavalleiro, (1998, p.37), a discriminação se “[...] evidencia quando, em condições sociais dadas, de suposta igualdade entre brancos e negros, se identifica um favorecimento para um determinado grupo nos aspectos social, educacional e profissional”. Nesse sentido, podemos perceber que em nossa sociedade, a maior parte dos prejudicados são os negros, haja vista que suas habilidades e conhecimentos não são considerados e reconhecidos, ocorrendo desse modo, a sua exclusão em diversos setores sociais.

O estereótipo é um conceito semelhante ao preconceito, pois, atribui características depreciativas e sem fundamentos a determinada pessoa ou grupo. Para San'tana, estereótipo é:

A prática do preconceito. É a sua manifestação comportamental. O estereótipo objetiva (1) justificar uma suposta inferioridade; (2) justificar a manutenção do status quo; e (3) legitimar, aceitar e justificar: a dependência, a subordinação e a desigualdade (SAN'TANA apud MUNANGA, 2005, p. 65).

Desse modo, podemos dizer que os estereótipos “[...] são fios condutores para a propagação do preconceito. [...] Eles evitam a necessidade de se pensar sobre os efeitos das condições sociais, que contribuem para o desajustamento e

exclusão de alguns” (CAVALLEIRO, 1998, p. 33). Sendo assim, os “[...] estereótipos, por sua vez, dão origem ao estigma que, imputado ao indivíduo negro, dificulta sua aceitação no cotidiano da vida social, impondo-lhe a característica de desacreditado” (CAVALLEIRO, 1998, p. 34).

1.3 Exclusão do negro no Brasil

O Brasil foi a último país das Américas a abolir a escravidão, esse marco histórico ocorreu no dia 13 de maio de 1888, através da Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, que libertou definitivamente todos os negros da escravidão vigente em nosso país. Mas, apesar da abolição, a vida dos negros continuou difícil, haja vista, que “[...] não se construiu um projeto social para assegurar que os ex-escravos fossem integrados à sociedade. Assim, muitos ficaram nas fazendas, na condição de semi-escravos ou foram viver nas cidades, em favelas” (MAIA ; FERREIRA, 2011, p. 3). Logo, pode-se perceber que não houve uma preocupação por parte do estado brasileiro em oferecer condições necessárias para a inclusão desse novo sujeito, ou melhor, desse novo cidadão, em ser integrado na sociedade e no mercado de trabalho. Portanto, é possível constatar que a maioria dos negros encontraram grandes dificuldades para conseguir empregos e terem condições mínimas de vida. E isso é visto até os dias de hoje.

Nesse contexto de final do século XIX, cientistas de diferentes instituições discutiam sobre diversas teorias raciais vindas da Europa para o Brasil. Tais teorias tinham como objetivo, explicar os problemas sociais decorrentes da composição étnica e racial que compunham o país. De modo que a “[...] mestiçagem existente no Brasil não só era descrita como adjacente, constituindo uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação” (SCHWARCZ, 1993, p.13). Nesse contexto, o atraso era decorrente das raças inferiores que aqui se encontravam, tendo isso em vista, era necessário encontrar uma maneira da sociedade brasileira prosperar.

Dessa forma, havendo a necessidade de entender as diferenças raciais existentes, buscou-se através das teorias evolucionistas e do determinismo racial, explicações que definissem a inferioridade dos negros em relação aos brancos. Com base nessa visão biológica, seria possível reconhecer as diferenças existentes entre

as raças, que faziam parte da composição da sociedade, assim, essas diferenças raciais poderiam ser determinantes para o retardamento de um determinado povo.

Sendo assim, era preciso utilizar uma forma que eliminasse as raças inferiores, desse modo, a prática avançada do darwinismo social, utilizou-se da eugenia, pois, “[...] como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava à produção de “nascimentos desejáveis e controlados”; enquanto o movimento social preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupo” (SCHWARCZ, 1993, p. 60). Portanto, melhorar a qualidade racial das futuras gerações era o principal objetivo.

Entretanto, a partir de 1930, diversos debates giravam entorno da miscigenação, uma vez que, “[...] pesquisas científicas, começa-se a acreditar que a mestiçagem poderia ser um “caminho” em busca de uma sociedade branqueada, a sociedade almejada, a sociedade do futuro” (BUZAR, 2012, p. 32). Logo, a mestiçagem passava a ser vista como processo de branqueamento para a sociedade brasileira, sendo possível, a evolução social.

Nessa perspectiva, Buzar argumenta que o Brasil foi colocado como:

Espaço da miscigenação, ou seja, fusão das três raças (branco, negro, índio). No entanto, o branco é colocado como raça superior, supremacia racial do mundo branco, enquanto que o negro e o índio são vistos como entraves ao processo civilizatório. (...) A mestiçagem que era considerada um ponto ruim passa a ser ponto de equilíbrio para o Brasil, a solução encontrada, como explícito anteriormente. Ressurge assim como uma possibilidade de identidade nacional. Respaldados pela concepção de que a mestiçagem moral e étnica possibilita a “aclimatação” da civilização europeia nos trópicos, o Brasil é apontado como possibilidade de futuro. Assim, é construída a positividade da mestiçagem da cultura brasileira. O mestiço aparece como positividade, como identidade nacional: unicidade nacional (BUZAR, 2012, p. 31).

Segundo, Buzar (2012) autores como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha dentre outros, eram considerados como precursores das Ciências Sociais no Brasil em fins do século XIX e início do século XX. Tais autores apresentaram teorias explicativas para o atual momento em que vivia o Brasil, mas, tais teorias adquiriram um caráter racista ao debater a questão da problemática da identidade nacional (BUZAR, 2012, p. 29).

De acordo com Buzar (2012), antes da abolição, o negro não existia enquanto cidadão, nem tampouco era visto como preocupação nacional, porém, com a

abolição da escravatura e suas consequências, é que o negro é integrado ao debate das questões nacionais. “Nesse momento, afirmou-se que o Brasil é um produto da mestiçagem de três raças: a branca, a negra, a índia. E se construiu a fábula, o mito e a ideologia das três raças para explicar a origem do moderno estado brasileiro” (BUZAR, 2012, p. 32).

Sobre esse assunto, Almeida, Maia e Ferreira (2010) descrevem que:

O mito da democracia racial havia sido adotado com muito entusiasmo na academia e no imaginário social, fato que acabava por servir aos interesses das elites dominantes que permanecia usufruindo com as desigualdades presentes na sociedade, ao passo que essas desigualdades eram minimizadas (ao menos no plano do imaginário) pela ideia da existência de cordialidade e abrandamento da escravatura no país (ALMEIDA ; FERREIRA ; MAIA ; 2010, p. 5).

Desse modo, “[...] as relações raciais no Brasil eram explicadas pela ideologia da democracia racial e o preconceito contra o (a) negro (a) era visto como consequência da classe onde o mesmo estava inserido, isto é, a sua baixa inserção socioeconômica” (BUZAR, 2012, p. 36). Sobre esse assunto, a partir da década de 1930 nomes como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso entre outros, divergiam sobre a questão de haver ou não presença do preconceito racial na sociedade brasileira.

Entretanto, é possível perceber que o processo de escravidão imposto às pessoas negras resultou na desigualdade racial entre negros e brancos em praticamente todas as esferas sociais da sociedade brasileiras (BUZAR, 2012, p.36). De forma que surgiram nesse mesmo período, diversos movimentos negros que tinham como objetivo, lutar por melhorias sociais que beneficiassem os negros. Porém, essa desigualdade racial é vista até hoje.

Nos últimos anos, diversos movimentos negros têm alcançado espaços sociais que de certa maneira tem rompido com mentalidades pautadas na inferioridade do negro dentro da sociedade, apesar das conquistas, essa luta contra a exclusão do negro ainda deverá percorrer um grande e difícil caminho na busca pelo respeito e aceitação desse negro nas esferas sociais, educacionais e culturais.

Ao longo da história, várias instituições segregaram e continuam a segregar os negros, ocasionando sua exclusão nos diversos âmbitos da sociedade. A começar pela escola, pois, de acordo com Almeida, Ferreira e Maia (2009):

Quando se analisa os índices de acesso, permanência e reprovação na escola nota-se que eles variam de acordo com a raça e os piores índices se dão entre os negros. [...] Assim, faz-se necessário considerar que para a efetivação de uma educação escolar de qualidade, os métodos, metodologias, propostas pedagógicas, são importantes, mas não suficientes, outras categorias como a de raça precisa ser analisada respeitando a diversidade racial e a importância de enfatizar no espaço escolar referenciais positivos de todos os grupos sociais que fizeram e fazem parte da formação nacional do povo brasileiro, objetivando “quebrar” com a estrutura eurocêntrica que tem, muitas vezes, caracterizado as escolas e excluído os alunos negros, considerados fora “do padrão ideal” (ALMEIDA; FERREIRA; MAIA; 2009. p. 1).

Logo, podemos notar que tais ações podem se configurar em discriminação, de modo que as consequências geradas, por atitudes preconceituosas dentro da escola, vão excluindo o alunado negro, o que pode ser verificado nos baixos índices desses alunos negros inseridos no contexto de educação superior.

Além disso, Maia e Ferreira afirmam que, existem diversas barreiras dentro do mercado de trabalho, que priorizam a escolha do branco em relação ao negro, de forma que também colocam “[...] as dificuldades de acesso e permanência bem-sucedida na escola para com os negros e outros exemplos de situações cotidianas de milhares de pessoas que pelo fato de serem negras tem suas oportunidades limitadas e são excluídas em diversas situações” (MAIA e FERREIRA, 2011, p. 42). Desse modo, é notório que a maior parte dos negros encontram-se presentes em subempregos, haja vista, a falta de estudo e qualificação, recebendo desse modo, baixos salários.

Como medida para tornar essa realidade menos presente no país, as autoras colocam que é preciso “Respeitar e tratar pedagogicamente as diferenças desses sujeitos, especificamente, as de ordem racial e de gênero, através, dentre outras coisas, da implementação dum currículo que valorize, respeite e dialogue com os diferentes saberes.”, promovendo assim, um tratamento de igualdade para todos, pautado no respeito à diversidade e em práticas pedagógicas que abarquem o multiculturalismo. Estes “[...] são princípios para a efetivação duma educação democrática, cidadã e inclusiva, que contribuirá no processo de busca do respeito e valorização das diferenças nas sociedades” (MAIA e FERREIRA, 2011, p. 46).

Portanto, sendo o Brasil um país marcado pela diversidade racial e cultural, faz se necessário, que a cultura negra não seja sub-representadas nos livros didáticos, na televisão, em ditados populares dentre outros. Nesse sentido, a escola

enquanto instituição educacional não deve priorizar “Os valores culturais de apenas um dos grupos que historicamente integraram a formação do país, os brancos, em detrimento de outros grupos sociais, principalmente os negros, alimentando, conseqüentemente, ideias racistas” (ALMEIDA; FERREIRA; MAIA, 2009, p. 1).

CAPÍTULO II

2.1 O negro e a educação escolar

A educação é um direito garantido por Lei, sendo definida pela Constituição Federal Brasileira de 1988 como um direito de todos e dever do Estado e da família, além de ser definida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's como sendo um espaço voltado para a igualdade e para a anulação de qualquer ação preconceituosa ou discriminatória.

Nesse sentido, a escola é o espaço que consegue reunir no mesmo lugar, pessoas de diferentes origens raciais, culturais, de gênero etc. Entretanto, é justamente dentro desse discurso de homogeneidade que se fere a diferença, haja vista que muitas vezes, esse espaço escolar é norteado por comportamentos que promovem desigualdades raciais, que são encaradas na maioria das vezes como naturais, o que acaba por interferir na formação dos alunos negros, de modo que, apesar dela se colocar como uma instituição igualitária, a escola continua refutando e tornando esquecida a diversidade brasileira.

Nessa perspectiva, Cavalleiro (2001) ao analisar o tratamento oferecido aos alunos negros e brancos na educação Infantil, concluiu que existem diferenças na forma de tratar tais alunos, tendo em vista, que o acolhimento oferecido aos alunos brancos é caracterizado por elogios, contato físico por meio de abraços e beijos, comprovando o sentimento de afeto e carinho existente, diferentemente do tratamento dado aos alunos negros, pois estes são pouco estimulados, o contato físico é escasso, confirmando desse modo, que o grau de afeto e carinho é bem menor. Assim, na opinião de Cavalleiro, tais atitudes:

[...] evidenciam a existência do problema racial no cotidiano escolar. Constata-se um sofrimento por parte da criança negra exposta diariamente à violência, o que torna difícil a construção de uma identidade positiva. Simultaneamente, à criança branca é ensinada uma superioridade, visto que, todo dia, recebe provas fartas dessa premissa (CAVALLEIRO, 2001, p. 147).

Assim, é correto afirmar que “Desde muito cedo, a criança negra vai sendo exposta a mecanismos de discriminação, racismo e preconceitos presentes no interior da escola que dentre os muitos prejuízos, podem abater sua autoestima”,

contribuindo para a manifestação de atitudes correspondentes à violência simbólica, e desta forma, possibilitando a construção de uma identidade racial negativa e marginalizada (MAIA e FERREIRA, 2011, p. 45).

Diante disso, a escola enquanto instituição social, que preza pela igualdade de direitos, deve exercer um papel fundamental para combater o racismo, o preconceito, a discriminação e os estereótipos, direcionados aos alunos negros, pois é o principal veiculador de informações e de construção de olhares do aluno em relação ao outro, que preza pela igualdade de direito para todos. Porém, de acordo com Gomes:

Em alguns momentos, as práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias. Essa afirmação pode parecer paradoxal, mas dependendo do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças. Partir do pressuposto de que os sujeitos presentes na escola são todos iguais e, por isso possuem uma uniformidade de aprendizagem, de cultura de experiências, e os que não se identificam com esse padrão uniforme são defasados, especiais e lentos, é incorrer em uma postura que, ao desqualificar uma referência, reproduz uma dominação (GOMES apud CAVALLEIRO, 2001, p. 86).

Dessa forma, é necessário desconstruir essas ideias preconceituosas que são perpassados cultural e ideologicamente e que infelizmente são reproduzidas dentro de instituições educacionais, uma vez que essa ideologia de inferioridade do negro é fortemente manifestada na escola por meio de falas, currículos, livro didático e de professores que exteriorizam estereótipos e preconceitos comprometendo desse modo, a formação de identidade dos seus alunos. Diante disso, é preciso desconstruir as ideias contidas nos diversos materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista, que:

[...] Os conteúdos expostos nesses materiais ratificam imagens do branco sempre sendo superior, descobridor, forte, em detrimento dos negros que são sempre atrelados a dor, sofrimento, escravidão, em condição de debilidade intelectual, de forma estereotipada ou caricaturada. A perpetuação dessas imagens pode cristalizar ideias preconceituosas e inferiorizastes dos negros e alimentar opiniões errôneas de funções subalternas “inatas” desse grupo social (ALMEIDA; FERREIRA; MAIA, 2009, p. 4).

Nesse sentido, é de fundamental importância trabalhar no âmbito escolar as questões raciais com o intuito de desconstruir uma série de valores preconceituosos que são fruto de uma visão deturpada do negro, herança de um período histórico marcado por processos de exploração, que tinha por justificativa um discurso científico fundamentado na superioridade do branco em relação ao negro.

Desse modo, apesar do acesso a escola ser igual para todos, os negros possuem uma dificuldade bem maior para terem uma permanência bem-sucedida na mesma, uma vez que, mesmo estando presentes no ambiente escolar, eles acabam sendo excluídos, pois, “[...] estão incluídos apenas de forma marginal, não tendo códigos e símbolos culturais positivos que atuarão nos processos de formação de suas identidades, eles sofrem uma segregação interna na trajetória escolar que os reserva os setores escolares mais desvalorizados” (ALMEIDA; FERREIRA; MAIA, 2009, p. 4). Dessa maneira, Queiroz afirma que:

Todos esses mecanismos atuam para excluir a criança negra da possibilidade de usufruir dos benefícios que podem resultar de uma educação bem sucedida, fazendo com que ela abandone a escola, ou cumpra sua escolarização de forma acidentada e precária, o que impede de prosseguir por estágios mais avançados da escolarização ou a fará chegar às portas da universidade numa condição de enorme desvantagem, para competir com estudantes de outros segmentos raciais, com uma história escolar bastante diferenciada (QUEIROZ, 2004, p. 142).

Sabemos que a educação é um direito de todos, neste sentido, um dos grandes desafios da educação brasileira não é somente garantir o acesso à escola, mas permitir que a maioria das crianças, jovens e adultos permaneça frequente em uma unidade escolar até concluírem seus estudos. Sendo assim, é necessário que as instituições educacionais brasileiras, possam “Garantir o espaço à diferença e enfrentar o desafio de implementar políticas públicas e práticas pedagógicas que superem as desigualdades sociais e raciais. Sendo esta uma questão que precisa ser levada a sério pelos/as educadores/as e formuladores/as de políticas educacionais” (GOMES, 2001, p. 84). Promovendo assim, a inclusão e a igualdade de direito dos negros na educação escolar.

2.2 Os negros no Colégio Luís Alberto Dourado de Carvalho

Percebemos a escola como uma instituição social, que depois da família é a responsável pelo processo de socialização dos sujeitos que nela estão inseridos, pois, é através dela que se aprendem regras e valores sociais que são de fundamental importância para o convívio dos cidadãos em sociedade. Nesse sentido, entende-se que a educação é o princípio comunicativo, utilizado pelas sociedades, para desenvolver no indivíduo a consciência de suas potencialidades, o desenvolvimento de um raciocínio comportamental e disciplinar, visando prepará-lo para o exercício da cidadania através da prática e cumprimento de direitos e deveres perante a sociedade. Além de contribuir na construção da identidade dos indivíduos inseridos neste ambiente.

Contudo, apesar da escola proporcionar a socialização entre os alunos, em dado momento, as relações sociais entre esses indivíduos, inseridos nesse espaço multicultural e heterogêneo, acabam sendo marcadas por tensões que se estabelecem no interior da escola, tendo em vista, as práticas de racismo, preconceito, discriminação e os estereótipos presentes cotidianamente no ambiente escolar, pois, a escola reúne no mesmo lugar, pessoas de diferentes origens raciais.

Assim, partindo do pressuposto que o racismo é uma prática, infelizmente, recorrente no dia a dia, de modo, que nenhuma esfera da sociedade está isenta do racismo, podendo este ser manifestado de maneira implícita ou explícita, sendo que a responsabilidade de combater essa discriminação racial não é somente da escola, mas da sociedade em geral (SILVA e PALUDO, 2011, p. 02).

Nesse contexto, de acordo com Silva e Paludo (2011, p. 3), “Como em qualquer instituição social, a escola também abarca atitudes racistas, que tem contribuído para a reprodução destas por meio das suas práticas”. Dessa forma, é necessário analisar como as questões ético-raciais têm sido abordadas no contexto escolar e se as práticas pedagógicas têm favorecido no combate ao racismo e seus subprodutos, pois, segundo as autoras acima citadas, é por meio do conhecimento obtido através da educação que se consegue formar sujeitos sociais que prezem pelo respeito à diversidade.

Ao tratar de educação, Santos (2007, p. 47), relata que “Embora o sistema educacional tenha sido alvo de inúmeras pesquisas que procuraram problematizar como se constituem as relações sociais e raciais na escola, faz-se necessário ainda,

uma reflexão sobre os mecanismos e processos sociais deste sistema”. Tendo como objetivo, verificar se há uma produção e reprodução de desigualdades raciais, através dos protagonistas que compõem o processo de educação. Nessa perspectiva, nossa pesquisa tem como foco um colégio de periferia, no qual buscaremos comprovar, como se manifesta o racismo, o preconceito, a discriminação e os estereótipos contra os negros no espaço escolar.

O Colégio Municipal Luís Alberto Dourado de Carvalho, alvo desta pesquisa, localiza-se na Avenida Anizia de Carvalho, no Bairro Jacobina III, município de Jacobina – BA. A inauguração do Colégio ocorreu em abril de 1999, de acordo com a Lei nº 439, de 26 de março de 1999, com o decreto nº 036 de 12 de maio de 2000, tendo seu funcionamento oficializado pelo poder público municipal. Inicialmente, foram oferecidas turmas do Ensino Fundamental I (1ª à 4ª série), no turno matutino e vespertino. Posteriormente, devido à necessidade e solicitação da comunidade, passou a oferecer o Ensino Fundamental II (5ª à 8ª série), no matutino e a Educação de Jovens e Adultos nos níveis I, II, III e IV, no noturno.

Com base no Projeto Político Pedagógico – PPP, construído no ano de 2002 e tendo sua última reformulação no ano de 2016, o colégio nasceu da carência da comunidade, que se apresentava como um bairro em crescimento não só em número de habitações como também em habitantes. Sendo esta uma comunidade carente, famílias com grande número de filhos, na maioria, em idade escolar, que por sua vez precisava de um ambiente propício para a sua aprendizagem.

Atualmente, em termos de infraestrutura, o colégio ocupa um terreno de aproximadamente 1.200 metros quadrados. Possui aulas 12 salas de aula no turno matutino, 11 salas de aula no turno vespertino e 5 salas de aula no turno noturno, contém 1 laboratório de informática, 1 refeitório, 1 cantina, 1 biblioteca, 1 sala de AEE (Atendimento de Educação Especial), 2 almoxarifados, 1 sala da direção, 1 sala dos professores, 1 secretaria, 1 sala de orientação pedagógica, 3 banheiros, 1 quadra poliesportiva, 1 pátio. A escola tem essas características, funciona em três turnos, é de grande porte, atende o ensino fundamental I, II e a EJA (Educação de Jovens e Adultos), tendo no total, 750 alunos matriculados.

O corpo administrativo é composto por 1 diretora, 3 vice-diretoras, 3 coordenadores pedagógicos, 1 secretário escolar, 4 Agentes Administrativos, 4 cozinheiras, 2 porteiros, 1 auxiliar de pátio, 5 funcionários para os serviços gerais e 35 professores distribuídos no três turnos.

Conforme a fundamentação teórica contida no Projeto Político Pedagógico - PPP, a ideia de educação desenvolvida pela escola tem como práxis educativa, tornar os sujeitos críticos e reflexivos, capazes de transformar sua realidade e inserir-se na sociedade de forma efetiva, de modo que tal educação demonstra preocupação diante da realidade vivida pelo educando, propondo intervenção prática no ambiente escolar, para melhor atender esses alunos. Uma vez que sua proposta de educação se baseia em:

Oferecer uma educação de qualidade, garantindo ao aluno êxito no processo de ensino e aprendizagem, proporcionando-lhe um ambiente mais seguro e acolhedor, onde o mesmo sintá-se protegido de maneira afetivo-social e motivado à sua permanência na escola (PPP Colégio Luís Alberto Dourado de Carvalho, 2016, p. 10).

E prossegue:

Esta unidade de ensino tem como função principal respeitar e valorizar as experiências de vida dos educandos e de suas famílias, levando em consideração as condições socioeconômicas do local em que vivem e as consequências geradas a partir de tais aspectos. Temos como propósito, fortalecer os mesmos; a postura humana e os valores aprendidos, tais como: a igualdade de direitos, a criticidade, a sensibilidade, a contestação social, o respeito à diversidade, a criatividade diante das situações difíceis e a esperança. Queremos deste modo, formar seres humanos com dignidade, identidade e projeto de futuro, proporcionando condições de inserção social e econômicas, preparando-os para a vida (PPP Colégio Luís Alberto Dourado de Carvalho, 2016, p. 07).

Nessa perspectiva, o PPP do colégio aponta uma ação educativa, fundamentada nos princípios de igualdade de acesso, permanência e sucesso na educação escolar. Busca oferecer uma educação de qualidade, democrática, participativa e comunitária nesse espaço social e cultural. No que tange ao processo de socialização e desenvolvimento dos educandos, as discussões em torno do PPP mostram preocupação, pois, visa preparar os alunos para o exercício da cidadania através da prática no que diz respeito à equidade de direitos, e que não se restringe a garantia de acesso universal à escola. Além de enfatizar o respeito pelas diferenças e diversidade, a escola propõe o combate a todo tipo de discriminação, seja ela de cunho racial, cultural, religioso, étnico ou de gênero.

Considerando inicialmente o olhar superficial e as primeiras observações realizadas entre os dias 10 a 20 de julho de 2017 no colégio, como elementos de caráter significativo para a nossa pesquisa, pôde-se observar um número

considerável de alunos negros nesse ambiente escolar. Pois, partindo dos critérios que utilizamos do ser negro, uma vez que, é muito difícil definir quem é negro no Brasil. Nesse sentido, utilizamos o conceito de Nilma Lino Gomes (2001) a qual descreve que a concepção do ser negro, ultrapassa as questões políticas e sociais, considerando o fenótipo como fator primordial, pois, segundo a autora, se você tem a pele negra, os traços negroides e o cabelo crespo, esse negro é que sofre com o racismo, o preconceito e a discriminação no cotidiano.

Nesse sentido, utilizamos a aplicação de um questionário² composto por questões abertas e fechadas, aplicado em 10 (dez) turmas, compostas por alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II do colégio investigado, tal instrumento de pesquisa foi respondido por 200 alunos, como forma de coleta de dados, com a finalidade de descobrir informações com relação à classificação racial em que os alunos acreditavam fazer parte, além de outras questões relacionadas ao racismo, preconceito e discriminação no espaço escolar.

Nas tabelas abaixo, pode-se constatar em porcentagem, a classificação racial dos alunos e os critérios utilizados por eles para definir as pessoas como sendo negras.

Tabela I : Porcentagem de alunos que se consideram negros

Você se considera negro?	Porcentagem
Sim	75%
Não	25%

FONTE: Dados coletados durante a pesquisa.

Tabela II : Porcentagem dos critérios utilizados para definir quem é negro

Quais os critérios utilizados para definir quem é negro na sua visão?	Porcentagem
Cor da pele	80%
Tipo de cabelo	10%
Traços Físicos (formato do nariz e dos lábios)	5%
Outros	0%

FONTE: Dados coletados durante a pesquisa.

² Apêndice A.

Conforme a análise, dos questionários e a classificação apresentada na Tabela I, é possível confirmar a presença de muitos negros no colégio investigado. Já a tabela II revela os critérios utilizados pelos alunos para classificar quem é negro no colégio. A partir de critérios como: cor da pele, tipo de cabelo, traços físicos (formato do nariz e do lábio) ou outros. Nesse sentido, a maioria dos alunos do colégio investigado se considera negro e reconhecem a presença marcante de pessoas negras no colégio, tendo em vista os critérios da cor da pele, traços físicos e tipo de cabelo. Dessa maneira, a opinião dos alunos corresponde com o conceito adotado por Nilma Lino Gomes (2001), sobre os critérios que definem o negro.

As demais questões do questionário trazem reflexões do cotidiano escolar, tendo em vista, a convivência social entre as pessoas que se relacionam nesse ambiente educacional, bem como as questões raciais. De modo que, 60% dos alunos disseram que existe racismo na escola, 70% afirmaram que já foram alvos do preconceito racial no ambiente escolar e 65% dos discentes responderam já terem sofrido algum tipo de discriminação.

Através dos relatos dos alunos, percebe-se que tais atitudes, na maioria das vezes, são praticadas por colegas de sala, professores e demais funcionários: diretores, zeladores, monitores e etc. Os quais por meio de falas inferiorizam, discriminam e estereotipam os alunos. Muitos alunos responderam já terem recebido diversos apelidos ofensivos, sendo estes chamados por: “negro preto”, “urubu”, “negra do cabelo duro”, “sola de pneu”, “tiziú”, “cabelo de bombriil”, “preta” e “borra de asfalto”.

Dessa maneira, é possível perceber através dos números expostos anteriormente, que existe uma quantidade considerável de negros nesse colégio. Sendo assim, é fundamental a implementação de ações que visem trabalhar a questão da diversidade racial e cultural sobre os negros, além de estimular o respeito às diferenças e o combate a qualquer atitude racista, preconceituosa, discriminatória e estereotipada nesse ambiente escolar.

Nessa perspectiva, Gomes adverte:

O racismo é um mal que aprisiona a vítima e o opressor. A única saída contra o racismo é reverter, na prática, a situação de discriminação que os segmentos discriminados sofrem, mudando-os de posição, possibilitando-lhes a ascensão social, construindo oportunidades iguais para todos, de forma que negros e brancos tenham que conviver com dignidade em diferentes setores e

instituições da sociedade e participem verdadeiramente de um processo democrático (GOMES, 2003, p. 220).

Analisando o espaço físico do colégio, pôde-se constatar que não existe nenhuma imagem que valorize ou visibilize a diversidade racial, o negro ou a cultura negra. Desse modo, a invisibilidade e omissão sobre as questões ligadas aos negros, na estruturação do espaço físico do colégio, acabam demonstrando a falta de inclusão desses alunos negros no espaço escolar. Ficando evidente a exclusão de “Referenciais positivos de pessoas negras, não há fotos, cartazes, imagens que revelem a presença de pessoas não-brancas nesse espaço” (ALMEIDA; FERREIRA; MAIA, 2009, p. 3).

Para Cavalleiro (2001), os não ditos, os silêncios, falam mais que os ditos, então, quando se invisibiliza em fotos, cartazes, imagens na sala de aula que mostram pessoas negras, que valorizem os negros, você acaba incutindo no menino branco e no negro a invisibilidade desse sujeito. Pois, como afirma Silva:

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos adscritivos, através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto rejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e em preferência pela estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações (SILVA, 2005, p 22).

Podendo gerar o fenômeno de internalização da imagem negativa que a pessoa negra faz de si mesmo, alimentando a ideologia do branqueamento (SILVA, 2005, p. 23). Pois, a partir do momento em que descartamos a existência dos não brancos como parte integrante e efetiva do contexto escolar, gera-se a invisibilidade do outro, fazendo com que acabem negando sua identidade. Assim, Silva adverte:

A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizando uma imagem negativa de si próprio tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeito (SILVA, 2005, p 23).

Portanto, a ausência de referências contribui para a exclusão daqueles que se veem submetidos ao sofrimento do racismo e atitudes de discriminações étnico-raciais ocorridas dentro do espaço escolar, pois, estas se materializam em discursos

pejorativos proferidos, ou até mesmo na omissão ou invisibilidade diante de cenas discriminatórias contra esses alunos, que diariamente se deparam com situações de preconceitos vivenciadas dentro do ambiente escolar.

Durante as visitas informais, realizadas ao colégio, perguntamos a direção como são tratadas as questões relacionadas à diversidade racial e cultural no colégio. E se é desenvolvido algum projeto que discute sobre essas questões durante o ano letivo. Sendo respondido pela diretora que geralmente os dias que antecedem o dia 20 de novembro são trabalhados diversas questões relacionadas à diversidade e cultura negra, e que no dia 20 de novembro, data em que é comemorado o Dia da Consciência Negra são realizadas diversas apresentações culturais que retratam a diversidade racial e cultural presente nesse espaço escolar.

Dessa forma, percebemos que apesar do colégio ser frequentado por uma grande quantidade de negros, as questões relacionadas à diversidade racial e a cultura negra é eventualmente representada, apenas em dias de homenagens como o Dia da Consciência Negra. Sendo notória a falta de planejamento que inclua atividades relativas à diversidade no decorrer do dia a dia, ficando evidente que a cultura negra permanece silenciada na escola, como se não fosse importante para os sujeitos que ali estão inseridos.

2.3 O Projeto Político Pedagógico do Colégio Luís Alberto Dourado de Carvalho e as questões raciais

O Projeto Político Pedagógico – PPP é um documento elaborado por cada instituição escolar, que regulariza e norteia as ações pedagógicas a serem desenvolvidas no ambiente escolar, o mesmo discute sobre os problemas enfrentados, suas particularidades, busca organizar o trabalho pedagógico, estabelece quais as necessidades fundamentais para a convivência harmoniosa dos sujeitos envolvidos no processo educativo, buscando alcançar estratégias que contribuam na construção de uma educação de qualidade. Segundo Vasconcelos (2005), o Projeto Político Pedagógico pode ser:

[...] entendido como a sistematização, nunca definida, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se

concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade (VASCONCELLOS, 2005, p. 169).

Assim, a construção deste documento deve ser feita de forma consciente, sistematizada e participativa, buscando avaliar, reestruturar ou acrescentar novas ações pedagógicas e administrativas que colaborem para a construção da identidade da escola, de modo que sua ausência tornaria impossível o bom desenvolvimento educacional da instituição escolar. Portanto, sendo o PPP parte integrante do currículo escolar, é necessário que sua construção seja efetivada, respeitando os preceitos burocráticos, para que se alcancem os objetivos de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional. Assim, o Projeto Político Pedagógico é definido por Veiga (1995) como:

[...] uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (VEIGA, 1995, p. 12-13).

Dessa maneira, este documento deve ser fruto de uma decisão coletiva composta por todos profissionais da instituição escolar: pais, alunos e comunidade resultando assim, na construção das ações pedagógicas e administrativas do estabelecimento educativo. Pois, conforme afirma a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB Lei nº 9394/96 prevê que os “Estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e a de seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996, p. 52).

Desse modo, Schneider (2001), argumenta que o Projeto Político Pedagógico deverá apresentar duas dimensões: uma política e outra pedagógica. A política relacionada à formação do cidadão, “[...] deve contemplar a busca pela formação de um determinado tipo de homem, de escola e de sociedade, isto é, o projeto deve preocupar-se com a preparação dos indivíduos para a vida social.” Já a dimensão pedagógica está na efetivação da intencionalidade educativa, a autonomia, os meios formativos encaminhados à formação de cidadãos críticos e participativos e as relações entre as diferentes classes sociais (SCHNEIDER, 2001, p. 28).

Nessa perspectiva, considerando que o Projeto Político Pedagógico se apresenta como um instrumento que propõe explicitar e orientar as estratégias utilizadas no ambiente escolar, pois, é composto por ações pedagógicas que buscam alcançar uma educação de qualidade, além de apresentar estratégias para os embates e problemas que se apresentem nesse espaço. Desse modo, buscamos analisar o tratamento direcionado as questões raciais a partir do PPP do Colégio Municipal Luís Alberto Dourado de Carvalho, observando quais foram às ações e metas elencadas no referido documento para combater as manifestações do racismo, preconceito, discriminação e estereótipos contra os negros no contexto escolar.

Analisando o Projeto Político Pedagógico do colégio investigado, é possível perceber que o documento passou por uma reformulação no ano de 2016, e que tal instrumento encontra-se em conformidade com a legislação vigente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB Lei 9394/96, que norteia as orientações curriculares para o Ensino Fundamental e Médio. É importante ressaltar que a construção do PPP surgiu como uma demanda imposta pelo Ministério da Educação – MEC, sendo a construção desse documento obrigatória, de modo que todas as instituições escolares devem cumprir essa exigência.

Dessa forma, em análise ao Projeto Político Pedagógico do colégio investigado, é possível perceber, que a instituição escolar, busca oferecer uma educação com base nos “Princípios que prezem a igualdade e democracia e no que diz respeito à equidade de direitos, que não se restringe a garantia de acesso a educação” (PPP Colégio Municipal Luís Alberto Dourado de Carvalho, 2016, p. 12).

De acordo com o PPP, o colégio tem como objetivo:

[...] oferecer aos professores, alunos, pais e todos aqueles que estão direta ou indiretamente ligados a este colégio, uma visão da realidade educacional, com toda sua complexidade tendo em vista os problemas vivenciados no cotidiano. Portanto, buscamos um ambiente escolar no qual todos contribuam com o processo de ensino, perfazendo uma escola democrática, voltada para a formação de alunos críticos, criativos, reflexivos e autônomos, reconhecedores de sua realidade e que sejam capazes de intervir na mesma para transformá-la (PPP Colégio Municipal Luís Alberto Dourado de Carvalho, 2016, p. 4).

Contudo, é importante ressaltar que vivemos em uma sociedade marcada por desigualdades sociais, raciais, culturais, políticas dentre outras e é no âmbito escolar

que as questões relacionadas ao racismo, preconceito e a discriminação racial ganham espaço, trazendo consequências, por vezes, desastrosas para os sujeitos inseridos no espaço educativo.

Nessa perspectiva, o Projeto Político Pedagógico do colégio:

Enfatiza o respeito pelas diferenças e diversidade e propõe o combate a todo tipo de preconceito e discriminação, seja ela de cunho racial, cultura, religioso, e gênero. [...] no que se refere a uma educação na perspectiva da inclusão e da diversidade, a filosofia aqui adotada é aquela que contempla um espaço para todos com a presença marcante da heterogeneidade que revela princípios, atitudes e diferentes culturas, criando relações interpessoais que tanto enriquecem e contribuem para o desenvolvimento da aprendizagem entre professores, alunos e demais funcionários (PPP Colégio Municipal Luís Alberto Dourado de Carvalho, 2016, p. 12).

Entretanto, é no interior do colégio, em seus corredores e nas salas de aula, que muitas vezes ocorrem às manifestações que acabam por estigmatizar alguns alunos provocando atritos e desavenças. Sendo necessárias diversas discussões frequentes a respeito das questões raciais no ambiente escolar. De modo que “O entendimento de que o respeito pelas diferenças é de todo modo, uma construção coletiva, e em se tratando de convivência precisa ser cultivado por todos, em benefício de todos” (PPP. Colégio Municipal Luís Alberto Dourado de Carvalho, 2016, p.12).

No tocante as ações e metas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico do colégio, sobre as questões raciais presentes no espaço escolar, elencou-se discutir durante as aulas, a importância e o reconhecimento da identidade cultural negra no contexto escolar, busca fomentar no alunado a pesquisa sobre os aspectos culturais, sociais e existenciais da raça negra. Como meta é proposto à realização do projeto cultural sobre a “Consciência Negra”, o qual busca agregar valor, respeito e reconhecimento de pertencimento a raça negra, no intuito de minimizar as desigualdades e preconceitos contra a mesma no contexto escolar e social. O qual é realizado todos os anos.

É válido salientar que o PPP do colégio, ressalta sobre a importância da Lei 10.639/2003, no ambiente escolar:

Mais que um preceito legal a (lei 10.639/2003), torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Pois, representa a

possibilidade de ampliar o debate sobre o mito da democracia racial, bem como, o desvelamento de práticas discriminatórias e preconceituosas por vezes silenciadas e naturalizadas. Estas e outras tantas iniciativas, são essenciais para a continuação de um movimento que mobiliza a comunidade escolar em torno da necessidade em despertar e conscientizar crianças, jovens e adultos para a vivência de valores voltados o respeito mútuo (PPP Colégio Municipal Luís Alberto Dourado de Carvalho, 2016, p.13).

Dessa maneira, é notório que a construção do Projeto Político Pedagógico do Colégio Luís Alberto Dourado de Carvalho tem como referência as Leis e parâmetros que regem a educação, porém, ainda são poucos as ações e metas estabelecidas pela instituição escolar no que se refere às questões raciais, tendo em vista que os dados coletados no questionário anteriormente citado demonstram a presença marcante de práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias no cotidiano escolar do colégio. Portanto, é necessário trabalhar as questões de valorização e respeito entre os sujeitos de diferentes origens raciais e culturais que compõem a sociedade.

De acordo, com Gomes (2001) a escola deve avaliar constantemente as suas práticas educativas, tendo em vista, que:

[...] O reconhecimento dessas questões pode nos ajudar a superar o medo e/ ou desprezo das diferenças raciais ainda presente na escola e na sociedade. Entender essa complexidade é uma tarefa dos /as profissionais da educação. É tarefa de uma escola que se quer cidadã e, por isso mesmo, não pode deixar de incluir a questão racial no seu currículo e na sua prática (GOMES, 2001, p. 89).

Nessa perspectiva, o Projeto Político Pedagógico não pode ser dado como pronto e acabado sob pena de se cristalizar e deixar de acompanhar os movimentos da história. Nesse sentido, a construção desse documento gera avanço nos paradigmas educacionais da atualidade. Sendo assim, esse instrumento é indispensável para a melhoria da qualidade de ensino e deve ser utilizado constantemente, de modo a não se tornar um mero documento de gaveta, servindo apenas para cumprir uma simples função administrativa e burocrática.

CAPÍTULO III

3.1 Metodologia da pesquisa

Nesta pesquisa sobre a manifestação do racismo no espaço escolar, trabalhamos com a abordagem qualitativa. Essa escolha tem como justificativa a natureza do problema e os objetivos a serem alcançados através do objeto investigado, que instiga “[...] perceber o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressam pela linguagem comum e na vida cotidiana” (MINAYO e SANCHES, 1993, p. 245). Nessa perspectiva, a abordagem qualitativa permite uma aproximação maior com os participantes da pesquisa, podendo entender e analisar as situações vividas pelos mesmos no cotidiano do ambiente escolar. Corroborando, com este pensamento, Cavalleiro (1998) afirma que:

Compreende-se que um estudo qualitativo, de campo, envolva a aquisição de dados no contato direto do pesquisador com os participantes da pesquisa. Essa abordagem possibilita a familiarização com a realidade pesquisada, presenciar os fenômenos de interesse para a pesquisa durante a sua ocorrência, analisar seu contexto de incidência e de reincidência, bem como a ação e/ou reação dos envolvidos no desenrolar das situações (CAVALLEIRO, 1998, p. 69).

Assim, a opção pela aplicação de questionário, entrevista, observação de campo e conversas formais e informais foram fundamentais na obtenção da coleta de dados objetivos e subjetivos dos envolvidos nesta pesquisa, “[...] permitindo responder às indagações básicas que nortearam todo o trabalho.” Aliar esses “[...] instrumentos de coleta de dados possibilita, ainda, confrontos entre a fala (discurso) e a ação dos participantes da pesquisa” (CAVALLEIRO, 1998, p. 69). A fim de verificar o objeto pesquisado, isto é, as manifestações do racismo, preconceito e discriminação contra os negros no espaço escolar, a importância de discussões sobre a diversidade racial, a inclusão do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino, bem como as relações raciais de todos os inseridos no colégio investigado.

Inicialmente, fez-se necessário buscar uma bibliografia que pudesse constituir-se em referencial teórico, posteriormente ocorreram às leituras, análises e interpretações dos textos referentes ao tema pesquisado, com o propósito de

aprofundar o conhecimento sobre temática analisada e os objetivos a serem alcançados. De modo que o contato e aproximação com o ambiente escolar se deu logo em seguida, sendo o público alvo desta pesquisa os alunos de um colégio público de Jacobina, cuja escolha se deu a partir da interligação de vários fatores: afetividade, diversidade racial e os diversos conflitos decorrentes de práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias.

Em seguida, iniciamos as visitas ao colégio. Em nossa primeira visita, conversamos com a diretora do colégio, apresentamos toda documentação necessária para realização da pesquisa, além de explicar detalhadamente os objetivos da pesquisa e todos os passos a serem executados naquele ambiente escolar. A mesma mostrou-se muito atenciosa e prestativa para com tudo que fôssemos precisar, forneceu toda documentação necessária para o desenvolvimento da presente pesquisa. Os primeiros contatos com o colégio se deram a partir do mês de julho de 2017, primeiramente se deram as observações e conversas formais e informais do campo de pesquisa e no decorrer dos meses de agosto, setembro e outubro deste ano, ocorreram à aplicação dos questionários e entrevistas.

É importante mencionar, que a observação de campo, possibilita o contato direto do pesquisador com os participantes da pesquisa, permitindo assim, o desenvolvimento “[...] das relações inter-subjetivas no cotidiano pesquisado” (CAVALLEIRO, 1998, p 69). Que no caso do colégio, são as manifestações raciais entre os discentes, docentes e demais funcionários inseridos nesse contexto escolar. Além de a observação ser um instrumento metodológico fundamental para perceber e analisar os problemas decorrentes de atitudes e comportamentos dos participantes da pesquisa, de modo que alcançássemos os objetivos propostos neste trabalho.

Para coleta de dados no colégio, optamos pela aplicação de questionários que continham perguntas abertas e fechadas, tanto para os alunos quanto para os professores. Visando analisar o entendimento dos alunos sobre as questões relacionadas à classificação racial a qual pertencem, a presença do racismo e seus subprodutos, além de saber dos professores como eles observam e lidam com as situações envolvendo essa temática no espaço escolar. Bem como, a aplicação de entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro específico tendo como objetivo, proporcionar liberdade e espontaneidade nos entrevistados.

A entrevista é considerada como instrumento rico em informações para a pesquisa, pois, permite atingir com precisão os detalhes que os entrevistados relatam durante a entrevista. Pois, segundo Cavalleiro (1998) a entrevista semiestruturada “[...] permite incluir outras perguntas e intervenções no decorrer de sua realização” (CAVALLEIRO, 1998, p.74). Nesse sentido, essa é uma característica importante, pelo fato de que numa situação de entrevista:

[...] tanto o pesquisador quanto o entrevistado interferem dinamicamente no conhecimento da realidade e esse encontro de duas subjetividades, representação de códigos sócio-culturais quase sempre diferenciados, é, ao mesmo tempo, rico, problemático e conflitivo” (MINAYO, 1993, p.75).

Nesse contexto, após obter as informações através das entrevistas, iniciamos a sua transcrição e posteriormente fazemos a análise e interpretação dos dados coletados. Pois, só assim poderíamos dar início ao diálogo entre os dados coletados e as teorias do referencial bibliográfico da pesquisa, cuja finalidade era constatar nossa hipótese sobre a presença de práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias no ambiente escolar. Cabe salientar, que todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos participantes, além da preservação do seu anonimato.

Durante o processo de coleta de dados, o único obstáculo encontrado foi com relação à disponibilidade de alguns professores para a realização das entrevistas, pois, a maioria dos entrevistados queixava-se da falta de tempo para conceder a entrevista. Sendo possível perceber a resistência de algumas pessoas em colaborar com a pesquisa, já os participantes que se disponibilizaram, mostraram-se solícitos e interessados no assunto abordado na pesquisa, haja vista, que consideram alarmantes as situações de racismo, preconceito e discriminação presentes no colégio e consideram necessária a realização de discussões que puguem o respeito à diversidade racial, além de serem a favor do combate a atitudes racistas, preconceituosas e discriminatórias no colégio.

3.2 A visão dos professores sobre as questões raciais no Colégio Luís Alberto Dourado de Carvalho

Considerando alcançar os objetivos da pesquisa, realizamos a aplicação de um questionário³, com total de 15 questões abertas e fechadas, com os 20 professores do Ensino Fundamental II do colégio investigado, visando entender e analisar a percepção dos professores sobre as manifestações de racismo, preconceito e discriminação racial contra os negros no espaço escolar, além de descobrir como os professores observam e lidam com as questões raciais cotidianamente, tendo em vista, a diversidade racial existente no ambiente escolar.

É válido considerar nesta pesquisa, o perfil dos professores investigados, desse modo, é importante mencionar que todos os professores possuem formação superior, a maioria possui pós-graduação e tem entre 07 a 23 anos de atuação no magistério, lecionam em diversas disciplinas do Ensino Fundamental II, do 6º ao 9º ano. A maioria desses profissionais possui carga horária de 40 horas semanais no colégio, de modo que uma pequena quantidade dispõe de uma carga horária de 20 horas semanais nesta unidade escolar. Sendo assim, 20 profissionais totalizam 100% do quadro de professores que lecionam no Ensino Fundamental II do colégio investigado.

Nessa perspectiva, questionados em uma das perguntas contidas no questionário sobre já terem presenciado alguma situação de racismo no colégio, 80% dos professores afirmaram já terem presenciado alguma situação racista entre os alunos e 20% afirmaram nunca terem se deparado com tal circunstância, mas que já ouviram relatos de seus colegas de trabalho que já presenciaram tal situação.

Em relação à questão que discute se atitudes preconceituosas e discriminatórias permeiam o relacionamento entre os alunos, 80% dos professores disseram que sim, revelaram que tais atitudes podem ser vistas através de falas, agressões, brincadeiras, olhares de reprovação, apelidos e xingamentos entre os alunos, revelam que os alunos demonstram atitudes preconceituosas e discriminatórias principalmente em relação à cor da pele e do cabelo crespo. Já 20% dos professores relataram que não percebem que o relacionamento entre os alunos é marcado por atitudes preconceituosas e discriminatórias. Nesse sentido, fica

³ Apêndice B.

evidente a existência de práticas racistas entre os alunos, de modo que a direção do colégio deve adotar medidas para sanar tais situações.

Uma questão importante, diagnosticada através do questionário, é que 100% dos professores concordam ser fundamental discutir sobre questões que envolvem a diversidade racial no espaço escolar, pois, consideram que tal discussão, resultaria em esclarecimento, conscientização e mudanças de atitudes na forma do ser humano tratar o outro, independentemente da cor da pele, cultura e religião, pois, vivemos em um país composto por varias raças.

Outro ponto interessante abordado no questionário foi com relação ao conhecimento dos professores sobre a Lei 10.639/03 que trata da inclusão do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo de ensino, de modo que, 80% dos professores responderam que conhecem a Lei, mas, ao serem questionados sobre quais os conteúdos das disciplinas que lecionam que trata de alguma maneira a questão racial, a maioria não soube responder ou argumentar e 20% dos professores disserem não conhecer e não saber o que Lei 10.639/03 propõe.

Quanto à questão que discute se a criação Lei 10.639/03, representa se houve um avanço no combate ao racismo, preconceito, discriminação e estereótipos raciais direcionados aos negros no ambiente escolar, 60% dos professores disseram que sim, a partir do momento que em existe uma Lei, que obriga a discussão de determinada temática, é possível trabalhar esse tema de forma abrangente, contribuindo para a construção de identidade, aceitação e conscientizando o respeito às diferenças raciais e culturais do outro e 40% responderam que não, tendo em vista, que a obrigatoriedade da Lei não significa que o negro será respeitado.

Questionados se livro o didático das disciplinas lecionadas por todos, continham a temática racial, 60% responderam que sim, mas que de forma superficial e 40% disseram que não.

Ao serem questionados se é possível encontrar nos murais ou nas salas de aula, imagens que contemplem a diversidade racial existente no colégio 80% dos profissionais responderam que não e 20% disseram que somente durante apresentações de projetos ou em datas comemorativas é que ocorre a exposição de cartazes com imagens e mensagens mostrando a diversidade racial.

Na questão que trata se os professores já discutiram sobre a questão racial na sala de aula, 70% disseram que sim e que no momento da discussão os alunos agiram de forma tranquila, participaram da discussão, surgiram algumas piadas em tom de brincadeira contra o colega negro, alguns se sentiram incomodados, existem aqueles que se sentiram valorizados e incluídos dentro da sociedade e tem os que não gostam da aula. Já 30% relatam que nunca discutiram sobre o assunto na sala de aula com os alunos, pois, a temática não se encaixa na disciplina que lecionam.

Questionados se o colégio desenvolve algum projeto que discuta sobre as questões raciais durante o ano letivo, 100% dos professores responderam que sim, relataram que todo ano no colégio ocorre a execução de um projeto no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, o qual discute sobre a diversidade racial e cultura negra.

Em relação à questão sobre já terem participado de alguma formação continuada sobre o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, 90% dos profissionais disseram que nunca receberam formação sobre tal temática e 10% responderam que já participaram e acreditam que tal formação seja importantíssima, pois, discutir e problematizar sobre a História e Cultura Afro-brasileira pode ajudar no combate as diferenças raciais existentes no interior do colégio.

Considerando os dados obtidos através do questionário apresentado aos professores do colégio investigado, é possível perceber a existência do racismo, preconceito e discriminação racial em relação aos negros do colégio, nesse sentido, as manifestações raciais podem ser vistas de forma implícita e explícita. É importante salientar que as falas desses profissionais foram obtidas através do questionário, observações feitas no diário de bordo no momento da aplicação do questionário e em conversas informais.

Nesse sentido, selecionamos uma das perguntas que utilizamos no questionário para saber se professores já presenciaram situações de racismo, preconceito e discriminação racial no colégio. Para diferenciar as falas, utilizamos de numeração para distinguir uma fala da outra, desse modo, os professores relataram que:

Professor nº1 (Professor História e Artes): Sim, durante uma aula sobre o período de escravidão no Brasil, um aluno branco chamou o colega de nego preto e falou que ele deveria está na senzala, pois, lá era o lugar de gente como ele.

Professor Nº2 (Professor Português e Linguagens e Comunicação): Sim, já presenciei diversas situações de discriminação durante esses 15 anos que trabalho aqui no colégio. Geralmente essas situações ocorrem em forma de brincadeiras e apelidos, onde alguns alunos chamam outros colegas de nego feio, macaco, urubu, nego preto e diversos outros apelidos. Como se tais atitudes fossem normais, não sendo reconhecidas como práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias a serem combatidas.

Professor Nº3 (Professor História e Inglês): (observação feita no diário de bordo). Sim, presenciei um discurso de caráter preconceituoso de uma aluna contra uma professora. A menina disse: *“aquela professora neguinha do cabelo de pixaim tá pensando o que? Só me deu 2,0 pontos na prova valendo 5,0. Ela que me aguarde na próxima aula”*.

Professor Nº4 (Professor Educação Física e Religião): (observação feita no diário de bordo). Não, nunca presenciei nenhuma situação de racismo, preconceito ou discriminação racial aqui no colégio. Até porque, a maioria dos alunos do colégio é composta por negros. O que percebo são diversos problemas sociais, tendo em vista, que o colégio encontra-se localizado em uma região pobre da cidade, composta por diversos bairros de periferia.

Professor Nº5 (Professor Geografia e Ciências): Sim, já presenciei alguns comentários discriminatórios, de aluno contra aluno. Principalmente em relação à cor da pele.

Professor Nº6 (Professor Matemática): (observação feita no diário de bordo). Não, nunca presenciei nenhuma situação dessas aqui no colégio. Pois, como podem discriminar alguém se a maior parte dos alunos são negros? Já na outra escola em que eu trabalho sim, pois, como a escola é da rede privada, sendo composta por maioria de alunos brancos, é possível presenciar as manifestações de racismo de forma explícita para com os alunos negros, haja vista, que estes são minoria.

Com base nas descrições dos professores, é possível constatar diversas situações de racismo, preconceito e discriminação racial entre alunos do colégio investigado. Tais atitudes são vistas através de falas, brincadeiras e agressões verbais que ofendem e inferiorizam os alunos negros. Nesse sentido, cabe mencionar a importância de se trabalhar mais as questões raciais, tendo em vista a diversidade racial existente no colégio. Além, de ser necessário dar uma ênfase maior a história e cultura dos negros. Pois, abordar a história do negro somente em datas comemorativas como o dia 20 de novembro, data em que é comemorada o Dia da Consciência Negra, não é suficiente para conscientizar o respeito às diferentes origens raciais.

Com relação ao conhecimento das Leis e parâmetros que tratam da inclusão do estudo da História e Cultura Afro-brasileira no currículo de ensino, os professores conhecem superficialmente, sendo necessário haver formação continuada para que esses profissionais possam trabalhar de forma adequada as questões raciais no espaço escolar, pois, observou-se pouco conhecimento sobre o tema, sendo necessário um estudo mais aprofundado sobre o assunto.

Portanto, é necessário que a direção juntamente com os professores do colégio, possa proporcionar de forma mais frequente debates, projetos e atividades diversificadas que busquem combater as práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias que permeiam o relacionamento entre as pessoas inseridas no colégio, de modo que o convívio entre as pessoas de diferentes origens raciais se torne harmonioso. Pois, “[...] ensinar que a diferença pode ser bela, que a diversidade é enriquecedora não é sinônimo de desigualdade, é um dos passos para a reconstrução da auto-estima, do auto-conceito, da cidadania e da abertura para o acolhimento dos valores das diversas culturas presentes na sociedade” (SILVA, 2005, p. 31).

3.3 Os conflitos raciais ocorridos no cotidiano do colégio Luís Alberto Dourado de Carvalho

Tendo em vista, que o ambiente escolar é um espaço de socialização, aprendizagem, conhecimento e conseqüentemente é composto por pessoas de diferentes origens raciais, de modo, que atitudes racistas, preconceituosas e discriminatórias estão presentes neste universo. Nesse sentido, é necessário que os responsáveis pela instituição escolar propaguem a valorização e o respeito pela diversidade racial presente neste ambiente, haja vista que as práticas de racismo, preconceito e discriminação contra os negros dentro desse espaço escolar podem trazer diversas conseqüências para as vítimas que passam por tais situações.

Sendo assim, buscamos analisar a perspectiva dos professores do colégio investigado, sobre a presença do racismo, preconceito e discriminação racial no espaço escolar, os entendimentos sobre os conflitos ocorridos nesse ambiente, à opinião dos mesmos sobre a Lei 10.639/03 que trata da inclusão do estudo da

História e Cultura Afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino, a importância de se trabalhar as questões raciais no ambiente escolar dentre outras questões.

Para o desenvolvimento desta etapa da pesquisa, utilizamos de entrevista⁴ semiestruturada que segundo Minayo (2007), é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Pois, consiste em “[...] uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador [...]” e “[...] tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa.” (MINAYO, 2007, p. 64). Enfim, é uma conversa com finalidades específicas e se caracteriza pela sua forma de organização. É o tipo de diálogo que “[...] combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (op. cit.).

Assim, para viabilizar os objetivos da temática de estudo, elaboramos um roteiro que norteasse a coleta de dados. De modo que a construção desse roteiro pudesse extrair o maior número de informações possíveis dos investigados nesta pesquisa. Logo abaixo é possível visualizar algumas das perguntas que nortearam o desenvolvimento das entrevistas.

1. Percepção dos professores sobre a existência de práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias;
2. Conhecimento sobre a Lei 10.639/03 que trata da inclusão do estudo da História e Cultura Afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino;
3. Importância da discussão sobre a questão racial no ambiente escolar;
4. Avaliação da imagem do negro nos livros didáticos;
5. Realização de projetos que valorizem a história e cultura negra.

Logo após a conclusão do roteiro de entrevistas, fomos a campo e iniciamos o contato com os professores, inicialmente recorremos aos 04 (quatro) docentes que lecionam a disciplina de História para participar das entrevistas, pois, nosso foco inicial era entrevistar somente os professores dessa área de ensino. Nesse contato com os professores, falamos sobre o tema, os objetivos e todos os procedimentos

⁴ Apêndice B.

necessários para a conclusão pesquisa, porém apenas 02 (dois) educadores concordaram e se disponibilizaram a participar das entrevistas.

Acreditando que o número de investigados disponíveis é insuficiente para a pesquisa, resolvemos entrevistar os demais professores. Desse modo, fizemos contato com mais 06 (seis) docentes, dos quais apenas 03 (três) responderam positivamente, sendo estes das áreas de Artes, Matemática e Português. Os demais professores alegaram não ter disponibilidade para a entrevista. Por fim, obtivemos 05 (cinco) entrevistas no total, cada entrevista durou aproximadamente entre 15 (quinze) a 25 (vinte e cinco).

Partindo do pressuposto que o ambiente escolar é um espaço de socialização dos sujeitos que nela estão inseridos, sendo inevitável a convivência com pessoas de diferentes origens raciais, de modo que a relação estabelecida entre brancos e negros na sala de aula, corredores e demais espaços do colégio pode acontecer de forma tensa, ou seja, segregando e excluindo. Possibilitando ainda que a criança negra adote em alguns momentos uma postura introvertida, por medo de ser rejeitada ou ridicularizada pelas pessoas ao seu redor.

Desse modo, tornando possível que situações de racismo, preconceito e discriminação se façam presente no cotidiano escolar. Diante disso, vejamos o relato dos professores ao serem questionados sobre situações de conflitos entre os alunos de diferentes origens raciais no colégio.

Professora 01 (História): Já ouvir um aluno dizer ao colega de sala: sai da frente nego preto se não te dou um murro na cara. Esse nego preto deveria sentar lá atrás.

Professora 02 (Português): Faz pouco tempo que ouvi uma aluna dizer: qualquer dia desses perco a paciência e quebro a cara de fulana, pois não aguento mais ouvir ela me chamando de cabelo de Bombril.

Professora 03 (História): Já presenciei situações de conflitos por conta das diferenças raciais, inclusive sobre o racismo, preconceito e discriminação racial, percebo que o espaço escolar é propício para tais práticas. Ano passado eu desenvolvi um trabalho em sala de aula com meus alunos do 7º ano sobre essa temática. Foi ótimo, pois, é necessário conscientizar os alunos a respeitar as diferenças raciais existentes, além de valorizar a cultura negra.

Professor 04 (Matemática): Olha, já presenciei situações de racismo, preconceito e discriminação aqui no colégio, principalmente com relação à cor da pele e o cabelo crespo.

Professora 05 (Artes): Eu nunca vi nenhuma situação de conflito com relação às diferenças raciais aqui no colégio. De qualquer forma, acredito que o que há são brincadeiras entre os alunos, acredito que isso não deveria ser encarado como racismo, preconceito e discriminação.

Perante as falas dos professores, é possível constatar que 80% concordam que o relacionamento entre os alunos de diferentes origens raciais do colégio investigado é marcado por conflitos e atitudes racistas, preconceituosas e discriminatórias. Já 20% responderam que nunca presenciaram tal prática. Nessa perspectiva, Cavalleiro (2001) relata que o racismo muitas vezes é disseminado em falas tanto explícitas como implícitas, desse modo, o colégio precisa estar preparado para combater esse tipo de violência.

Buscando identificar o conhecimento desses profissionais de educação com relação à Lei 10.639/03, perguntamos aos professores: Você conhece ou já ouviu falar da Lei 10.639/03 que trata da inclusão do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino? Em sua opinião, esta Lei representa um avanço nos esforços para a desconstrução de ideias estereotipadas e preconceituosas contra os negros? Por quê?

Com base, nas respostas obtidas identificamos que 40% dos professores responderam ter conhecimento sobre a Lei 10.639/03 e seus desdobramentos. Já 60% dos docentes falaram que já ouviram falar da existência Lei, mas não a conhecem profundamente. Assim se manifestaram os professores:

Professora 01 (História): Eu conheço a Lei 10.639/03, acredito que a mesma é de fundamental importância, pois, é necessário discutir sobre a História e Cultura Afro-brasileira no currículo de ensino, acredito também, que a Lei possa ajudar no combate às práticas racistas no espaço escolar.

Professora 02 (Português): Não conheço a Lei com detalhes. Mas acredito que a Lei seja importante para discutir sobre a diversidade racial e a cultura dos negros.

Professora 03 (História): Sim, eu conheço a Lei. Concordo com a sua inclusão no currículo de ensino, pois nada mais justo, do que dá a devida importância à história e cultura dos negros, que tanto fizeram pelo nosso país. Acredito que a Lei dá subsídios para desconstruir vários estereótipos preconceituosos e discriminatórios contra os negros.

Professor 04 (Matemática): Eu não conheço a Lei com profundidade, mas sei que a Lei existe e propõe a inclusão da

história e cultura dos negros na escola. Podendo ajudar ainda no combate ao racismo, preconceito e discriminação.

Professora 05 (Artes): Já ouvi falar da Lei superficialmente. Acho que seja importante, pois discutir sobre a diversidade racial, principalmente aqui no colégio é importante, pois, já presenciei diversas situações de racismo contra os alunos negros.

Ao tratar da lei 10.639/03 que discute a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira percebemos que são poucos os professores do colégio investigado que tem intimidade com o assunto, ficando evidente que a Lei 10.639/03 não é aplicada de fato. Corroborando com o assunto, Cavalleiro (2001) adverte:

É tarefa da escola fazer com que a História seja contada a mais vozes, para que o futuro seja escrito a mais mãos. É necessário romper o silêncio a que foram relegados negros e índios na historiografia brasileira, para que possam construir uma imagem positiva de si mesmo (CAVALLEIRO, 2001, p. 107).

Partindo do pressuposto, que o espaço escolar é um lugar que reproduz conhecimento, foi questionado aos professores: Você acredita que é importante trabalhar a questão racial em sua disciplina? Por quê?

Desse modo, 100% dos docentes responderam que sim, pois, promover essa discussão a partir dos conteúdos em sala de aula ajuda a contextualizar a presença da diversidade racial presente no colégio, além de conscientizar os alunos a mudarem suas atitudes com relação a práticas raciais no ambiente escolar.

Professora 01 (História): Acho fundamental trabalhar a questão racial em sala de aula, principalmente na minha disciplina, acredito que ajuda no combate ao racismo, preconceito e discriminação principalmente agora com a moda dos cabelos no estilo (Black Power) Acho lindo, porém, houve bastante preconceito aqui no colégio quando surgiram as primeiras pessoas com esse estilo de cabelo. Agora tá um pouco mais calmo, mas ano passado o preconceito era gritante, eu tive uma aluna do 9º ano, que quase desistiu de estudar, por conta da discriminação, pois, há chamavam de cabelo duro, faziam piadas do tipo: tira esse cabelo da frente que não dá pra enxergar nada, como é que você consegue dormir. Mas, o importante é que essa aluna superou todos os preconceitos e discriminações e assumiu o estilo de cabelo africano que ela tanto gosta, mostrando que é necessário valorizar as suas origens raciais.

Nesse sentido, é importante a desconstrução dos estereótipos criados para o negro pela sociedade. É necessário que haja respeito para com as diferentes

origens raciais, principalmente com relação à cor da pele e o cabelo. Tendo em vista as agressões verbais que os negros sofrem cotidianamente no espaço escolar, pois, conforme Gomes (2003, p. 176), “As experiências de preconceito racial vividas na escola, que envolvem o corpo, o cabelo e a estética ficam guardadas na memória do sujeito”. Sendo muitas das vezes, difíceis de superar.

Com relação aos livros didáticos utilizados, foi questionado aos professores: como você avalia as imagens dos negros veiculadas no livro didático da sua disciplina?

Com base na análise das respostas dos docentes, foi observado que 60% dos docentes não percebem nenhum tipo de preconceito ou discriminação. Já 40% dos professores ainda percebem o negro em posição de inferioridade. Segue os discursos abaixo:

Professora 02 (Português): Não vejo nenhum problema com as imagens dos negros no livro didático da minha disciplina, os alunos também não.

Professora 03 (História): Ainda percebo que alguns livros didáticos mostra o branco em posição de superioridade e negro como inferior, exercendo funções subalternas.

Em relação a essa postura Cavaleiro (2005) adverte:

O silêncio dos professores perante as situações impostas pelos próprios livros escolares acaba por vitimar os estudantes negros, esse ritual pedagógico, que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar, pode estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e de adolescentes negros, bem como esta contribuindo para a formação de crianças e adolescentes brancos com um sentimento de superioridade (CAVALEIRO, 2005, p. 32-33).

Dessa maneira, é necessário que o educador perceba e se comporte de forma diferente em relação às imagens contidas nos livros didáticos, de modo que haja a problematização das imagens dos negros, que na maioria das vezes apresentam o negro de forma inferior e estereotipada.

Em seguida perguntou-se: Você já participou de algum projeto nesse colégio, cujo tema envolvia a história e cultura dos negros?

Dos professores entrevistados, 80% disseram que sim, o colégio desenvolve anualmente um projeto que discute sobre a história e cultura dos negros, além de enfatizar o respeito pela diversidade racial. Tal projeto é realizado no dia 20 de

novembro data em que é comemorado o Dia da Consciência Negra. Já 20% responderam que não, pois, estão a pouco no colégio.

Tendo em vista que a escola é uma instituição que promove a socialização, aprendizagem e conhecimento, se faz necessário combater toda e qualquer situação de racismo, preconceito, discriminação e estereótipo contra os negros, haja vista a diversidade racial presente nesse espaço escolar. Pois, segundo Cavalleiro (2001),

Somente uma educação calcada na informação e no questionamento crítico a respeito das desigualdades sociais, bem como dos problemas relacionados ao preconceito e à discriminação, pode concorrer para a transformação dessa sociedade que tem, sistematicamente, alijado muitos indivíduos do direito a cidadania. Essa preocupação deve, portanto estar presente desde a educação da criança pequena, até a educação do futuro profissional das mais distintas áreas de trabalho. Para nós professores e professoras ampliarmos nossa visão sobre a desigualdade racial na educação, faz-se necessário questionarmos o dia-a-dia nas escolas e, principalmente, o nosso fazer profissional. No espaço escolar nem sempre os agentes estão conscientes de que a manutenção de preconceitos seja um problema. Dessa forma, interiorizamos atitudes e comportamentos discriminatórios que passam a fazer parte de nosso cotidiano, mantendo e/ ou disseminando as desigualdades raciais (CAVALLEIRO, 2001, p.151-152).

Portanto, com base na análise das respostas dos professores nas entrevistas e demais fatos observados no colégio, faz-se necessário um posicionamento crítico por parte dos responsáveis por esta instituição escolar, com relação às questões raciais presentes neste ambiente. Haja vista, que situações de racismo, preconceito e discriminação contra os negros fazem parte do dia a dia das pessoas inseridas nesse ambiente escolar, tendo em vista, que as consequências geradas por tais atitudes podem causar sérios problemas na vida de crianças, jovens e adultos podendo ser difíceis de superar. Dessa forma, é preciso conscientizar, valorizar e respeitar a diversidade presente no contexto escolar e na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou identificar e analisar a presença do racismo no espaço escolar, especificamente dentro da realidade do colégio investigado, composto por alunos de diferentes origens raciais, cujas relações são marcadas por práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias que ocorrem nas mais variadas formas.

Com base nos instrumentos utilizados na investigação dessa pesquisa, que contou com aplicação de questionários, entrevistas, diário de bordo e observações de campo, foi possível perceber, através da análise das respostas dos alunos e professores que atitudes racistas, preconceituosas e discriminatórias permeiam o relacionamento dos alunos inseridos nesse espaço escolar. Nesse sentido, é importante destacar a necessidade de discussões frequentes sobre as questões raciais, pois, trabalhar a temática racial somente em datas comemorativas, comprova que a instituição não dá a devida atenção ao estudo da história e cultura negra.

Considerando as respostas dos alunos nos instrumentos da pesquisa, é possível perceber que muitos têm consciência da existência do racismo, preconceito e discriminação no ambiente escolar. E muitos relataram já terem sido alvos destas práticas que muitas vezes se iniciam através de brincadeiras ofensivas, apelidos e agressões verbais. Desse modo, Gomes (2008), afirma que “Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de ego do sujeito branco e de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (GOMES, 2008, p. 149).

Quanto à percepção dos professores sobre a presença de comportamentos racistas entre os alunos, constatou-se que a maioria dos profissionais não só reconhecem como já presenciaram situações de racismo, preconceito e discriminação. Mas, quando questionados sobre qual atitude tomar diante de tais situações, a maioria dos professores demonstraram não saber como agir. Porém, acreditam que é importante trabalhar as questões raciais no colégio, como forma de esclarecimento, conscientização e respeito para com a diversidade racial existente e como forma de combater atitudes racistas, preconceituosas e discriminatórias.

Sendo assim, é possível constatar a falta de preparo de alguns educadores que não sabem lançar mão “Das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional” (MUNANGA, 2005, p. 15). E junto com a incapacidade manifestada pelos professores no que tange a discriminação “Somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado” (MUNANGA, 2005, p.16). Ao passo que tal proposição explica o sofrimento de alunos negros decorrentes de práticas raciais no espaço escolar.

Dessa maneira, considerar as origens raciais dos alunos presentes no colégio investigado significa trabalhar na perspectiva da diversidade racial. Dessa maneira, promover ações pedagógicas sobre esse assunto no ambiente escolar vai além do reconhecimento de que os alunos inseridos nesse espaço são diferentes, por terem suas características individuais e serem pertencentes a um grupo social, resultando assim, na efetivação de uma pedagogia de valorização das diferenças, pois, contemplar todas as origens raciais, faz com que os alunos desse colégio se sintam integrantes do meio.

Nesse sentido, faz-se necessário investir na formação dos profissionais de educação, pois, apesar da existência da Lei 10.639/09 que trata da inclusão do estudo da História e Cultura Afro-brasileira no currículo de ensino, constatamos que são poucos os professores que conhecem e trabalham a temática da Lei no cotidiano escolar. Portanto, é preciso que os responsáveis pelo colégio monte estratégias para que os professores trabalhem durante todo o ano letivo a proposta da Lei, a fim de combater principalmente, as práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias no colégio.

Considerando os dados obtidos através da pesquisa, constatamos a presença marcante do racismo e seus subprodutos no cotidiano do Colégio Municipal Luís Alberto Dourado de Carvalho, é preciso que atitudes sejam tomadas ou repensadas por parte da direção, coordenação e professores para que haja uma mudança de comportamento entre os alunos com relação às práticas racistas, pois, o âmbito escolar é um espaço de socialização, aprendizagem e conhecimento, de modo, que

práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias sejam inaceitáveis no ambiente escolar.

Realizar esta pesquisa foi muito importante, pois, através da leitura de textos referentes à temática, foi possível refletir sobre as manifestações de racismo, preconceito, discriminação e os estereótipos contra os negros no espaço escolar. De modo a revelar a presença e reprodução de práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias que permeiam o relacionamento dos alunos, mas que precisam ser combatidas com ações positivas, respeitando as diferenças raciais, sociais e culturais.

Portanto, sendo o espaço escolar, um ambiente que preza pela igualdade e pelo respeito às diferenças, é preciso que os profissionais de educação desenvolvam um trabalho direcionado a questão em estudo, para que as práticas racistas sejam combatidas do cotidiano escolar. Enfim, os dados expostos nesta pesquisa nos fazem refletir acerca da mudança das atitudes dos alunos e um melhor posicionamento por parte dos docentes do colégio investigado perante as situações envolvendo o racismo, preconceito e discriminação no âmbito escolar.

FONTES

Diversas

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Brasília, DF: MEC, 20 dez. 1996.

BRASIL. *Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003*. Dispõe sobre o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes curriculares para educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2007.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ALMEIDA, Cínthia Nolácio, FERREIRA, Lúcia Gracia, MAIA, Heber Silva. *Educação escolar e questões raciais: dificuldades e dilemas*. Centro Científico Conhecer, Goiânia, Enciclopédia Biosfera N.07, 2009, ISSN 1809-058351.

_____. *As questões raciais e a escravidão no Brasil: uma análise da visão de Gilberto Freyre e Fernando Henrique Cardoso*. Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, 4-1: 64-69, 2010.

BUZAR, Francisco José Roma. *Interseccionalidade entre Raça e Surdez: A situação de surdos (as) negros (as) em São Luís-Ma*. Tese de mestrado apresentada Universidade de Brasília – UNB. Brasília/DF, 2012.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. Tese de mestrado apresentada Universidade de São Paulo Faculdade de Educação. São Paulo, 1998.

_____. *Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor*. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001.

_____. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GOMES, Nilma Lino. *Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade*. In: CAVALLEIRO (Org.). CAVALLEIRO, Eliane. *Racismo e anti-racismo na educação: Repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001.

_____. *Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

_____. *Ações afirmativas: dois projetos voltados para a juventude negra*. In: PETRONILHA, Beatriz Gonçalves e SILVA, Valter Roberto Silvério. *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica* (Org.). – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

_____. Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. *Para entender o Negro no Brasil de Hoje*. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

_____. *Sem perder a raiz: corpo e báculo como símbolos da identidade negra*. 2. Ed. – Belo Horizonte: Autentica, 2008.

MAIA, Cinthia Nolácio de Almeida; FERREIRA Lúcia Gracia. *Igualdade ou diferença? A questão da diversidade e da identidade na escola*. Revista Espaço Acadêmico- N^o- Dezembro de 2011.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. *Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?* Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

_____. *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo/Rio de Janeiro, Hucitec, 1993.

_____. Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 25. ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2007.

MUNANGA, Kabengele. *Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia*. Palestra proferida no 3^o Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 2003.

_____. Kabengele (org.). *Superando o Racismo na escola*. 2^a edição revisada - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. *Teoria Social e Relações Raciais no Brasil Contemporâneo*. Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF (n. 12) (2010) Rio de Janeiro/Niterói – Ed. Alternativa/Eduff/2010 Issn 1980-4423.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. *Raça, gênero e educação superior*. Tese mestrado e doutorado apresentada na UFBA. Salvador, 2001.

_____. *O negro, seu acesso ao ensino superior e as ações afirmativas no Brasil*. In: BERNADINO, Joaze e GALDINO, Daniela (orgs.). *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.

OLIVEIRA, José Reinaldo. *Educação e Racismo: Conhecendo as contradições do passado para construir a escola do futuro*. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere2008/anais/pdf/1363-952>>. Acesso em: 23 de maio de 2017.

SAN'TANA, Antonio Olimpio. *História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados*. In: MUNANGA, Kabeguele. *Superando o Racismo na escola*. 2ª edição revisada - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Abel Ribeiro dos. *Educação e Relações Raciais: Um estudo de caso*. Curitiba, 2007.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. *Projeto Político Pedagógico e pesquisa: uma nova escola*. Videira: Unoesc, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Flávia Carolina da; PALUDO, Karina Inês. *Racismo implícito: Um olhar para a educação infantil*. Revista África e Africanidades- Ano IV- n.14/15-Agosto-Novembro. 2011.

SILVIA, Ana Célia da. *A desconstrução da discriminação no livro didático*. In. *Superando o racismo na escola*. 2ª edição revisada - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico*. 14. ed. São Paulo: Liberdade, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível*. Campinas, SP: Papyrus, 1995, p. 11-35.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2009.

WEDDERBURN, Carlos Moore. *O racismo através da história: da antiguidade à modernidade*. São Paulo, 2007. Disponível em <http://www.abrc.org.br/sites/500/516/00000672.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2017.

APÊNDICE A



Pesquisadora: Fabricia Santana dos Santos

Orientadora: Cinthia Nolácio de Almeida

QUESTIONÁRIO COM OS ALUNOS (AS).

- 1) Você se considera negro?
 Sim Não

- 2) Quais os critérios que você utilizou para se auto definir como negro?
 Cor da pele Tipo de cabelo Traços Físicos (formato do nariz, dos lábios)
 Outros Não me considero negro

- 3) Você acha que na sua escola há racismo?
 Sim Não

- 4) Você já foi alvo de preconceito racial no seu colégio ou na sala de aula? Em caso afirmativo, esta discriminação partiu de: (pode marcar mais de uma alternativa).
 Colegas da escola Funcionários: Diretores, zeladores, monitores, etc.
 Professores Nunca fui alvo de preconceito racial no colégio em que estudo

- 5) Você já sofreu discriminação no seu colégio? Caso você tenha respondido SIM, relate como foi.
 Sim Não

- 6) Você já recebeu algum apelido ofensivo por ser negro? Em caso afirmativo, descreve o apelido recebido.
 Sim Não

- 7)** Na sua sala tem pessoas negras? Caso sua resposta seja SIM, descreva o nome das pessoas negras da sua sala.
() sim () não
- 8)** Com relação à questão anterior, quais os critérios que você utilizou para definir essas pessoas como sendo negras?
() Cor da pele () Tipo de cabelo
() Traços Físicos (formato do nariz, dos lábios) () Outros
- 9)** Em relação ao ambiente escolar, você percebe diferenças no tratamento dado a brancos e negros?
() Sim () Não
- 10)** O colégio desenvolve algum projeto ou aula sobre diversidade racial?
() Sim () Não

Obrigada pela atenção!

APÊNDICE B



Pesquisadora: Fabricia Santana dos Santos

Orientadora: Cíntia Nolácio de Almeida

QUESTIONÁRIO COM PROFESSORES (AS).

NOME:	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
1- Qual a sua formação acadêmica? (utilize o espaço em branco a frente para responder)			
2- Qual ou quais disciplina(s) você leciona nesse Colégio?			
3- Há quantos anos você atua no magistério?			
4- Qual sua carga horária de trabalho nesse colégio?			
5- Você já presenciou alguma situação de racismo no colégio? Qual a sua reação?			
6- Você acredita que atitudes preconceituosas e discriminatórias permeiam o relacionamento entre os alunos desse colégio? De que maneira?			
7- Você concorda que é necessário discutir sobre questões que envolvem a diversidade racial no espaço escolar? Por quê?			
8- Você conhece ou já ouviu falar da lei 10.639/2003, que trata da inclusão do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira no			

currículo oficial da rede de ensino? Quais os conteúdos da sua disciplina, que de alguma maneira tratam sobre a questão racial?			
9- Você acredita que a criação da Lei 10.639/03 representa um avanço no combate ao racismo, preconceito, discriminação e nos estereótipos raciais direcionados aos negros no ambiente escolar ? De qual maneira?			
10- Como é tratada a questão racial no currículo da sua disciplina?			
11- O livro didático da sua disciplina trata sobre as questões raciais? Como?			
12- É possível encontrar, nos diversos lugares do colégio (sala de aula, pátio, biblioteca, murais etc.) imagens que contemplem a diversidade racial das pessoas inseridas nesse espaço escolar? Onde?			
13- Você já discutiu sobre a questão racial na sala de aula? Qual a reação dos alunos durante a discussão?			
14- No decorrer do ano letivo é promovido algum projeto sobre a questão racial no colégio? Qual? Em que período do ano?			
15- Você já participou de alguma formação continuada sobre a inclusão da temática de ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino?			

APÊNDICE C



Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Departamento de Ciências Humanas campus / IV Jacobina
Aluna Pesquisadora: Fabricia Santana dos Santos
Professora orientadora: Cíntia Nolácio de Almeida

Tema da pesquisa: Racismo e Escola: reflexões sobre manifestação do racismo no espaço escolar.

Roteiro de entrevista com os professores.

- 1- De modo geral, o relacionamento entre os alunos de diferentes origens raciais desse colégio ocorre de forma tranquila ou existem conflitos? Quais os motivos desses conflitos?

- 2- Você percebe a existência de práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias entre as pessoas inseridas nesse ambiente escolar? Descreva alguma situação na qual tenha presenciado tal prática.

- 3- Você já foi alvo de racismo, preconceito ou discriminação racial nesse espaço escolar? Como você se sentiu?

- 4- Você conhece ou já ouviu falar da Lei 10.639/03 que trata da inclusão do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino? Em sua opinião, esta lei representa um avanço nos esforços para a desconstrução de ideias estereotipadas e preconceituosas contra os negros? Por quê?

5- Você concorda com a lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos de ensino? Quais as mudanças ou permanências em sua prática pedagógica após a referida lei?

6- Você acredita que é importante trabalhar a questão racial em sua disciplina? Por quê?

7- Existe alguma dificuldade para trabalhar os conteúdos sobre a questão racial na sala de aula? Qual?

8- Como você avalia as imagens dos negros veiculadas no livro didático da sua disciplina?

9- Você percebe indícios de discriminação nos conteúdos dos livros didáticos em relação à raça negra?

10- Você já teve a oportunidade de discutir sobre a questão racial, em reuniões pedagógicas promovidas pela escola? Em sua opinião, qual a importância dessa discussão?

11- Você acredita que os professores devem receber formação continuada sobre a História e Cultura Afro- Brasileira, visando apoiar a prática pedagógica junto aos estudantes na sala de aula?

12- Você já participou de algum projeto nesse colégio, cujo tema envolvia a história e cultura dos negros nesse colégio?

ANEXO A

AUTORIZAÇÃO

Eu _____ (nome do responsável pela instituição),-
 assinado, _____ responsável pela (nome da
 instituição), _____

autorizo a realização do estudo: **Racismo e Escola: reflexões sobre manifestação do racismo no espaço escolar**, a ser conduzido pela estudante abaixo relacionada. Fui informada pela responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Declaro ainda ter lido e concordar com o parecer ético emitido pelo CEP da instituição proponente, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Jacobina-Ba, ____/____/____.

 Assinatura do responsável pela instituição

Nome da aluna Pesquisadora: _____

ANEXO B**TERMO DE CONSENTIMENTO**

Eu (nome do (a) entrevistado (a)).....

Abaixo assinado (a), autorizo (a) estudante FABRICIA SANTANA DOS SANTOS estudante do curso de História, matrícula nº 041210145 da Universidade do Estado da Bahia UNEB, CAMPUS/IV, JACOBINA-BA a utilizar as informações por mim prestadas, de forma anônima para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título: **RACISMO E ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE MANIFESTAÇÃO DO RACISMO NO ESPAÇO ESCOLAR**, orientada por/pela Prof.(a.) mestra Cinthia Nolácio.

Jacobina-Ba, de de 20_____.

Assinatura do entrevistado